

O Salto

O JORNAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS

VASCO MC MARTINS

LE JOURNAL DES TRAVAILLEURS PORTUGAIS IMMIGRES - B.P. 95 - 75 522 PARIS CEDEX 11 - C.C.P. 562 685 - MENSUEL - 1DM - 1 FI - 10 FB - 1 F - 5 ESC.

Editorial ARRANCAR O TUMOR

Muitos dos leitores e amigos d'O Salto perguntam-nos se o jornal continuará a sair. E com razão, visto que o último número d'O Salto saiu em Março e não voltou até agora a fazer ouvir a sua voz.

Mas, dirão alguns leitores, não saiu com a data de 26 de Abril, um suplemento especial, dedicado ao golpe de Estado que derrubou o governo caetanista? Não! O Salto não publicou nenhum suplemento especial e este é o primeiro número depois do 25 de Abril.

O « número especial » que alguns dos nossos leitores viram, que nos chegou igualmente às mãos e que utilizou abusivamente o nome d'O Salto é uma usurpação do título do jornal, por parte de um grupo divisionista para melhor poder atacar a orientação que o jornal tem seguido fundamentalmente até hoje, ou seja, a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores portugueses emigrados e das suas associações, base de união e de organização dos trabalhadores.

Como todos pudemos constatar o « número especial » dedicado ao golpe de Estado do 25 de Abril e elaborado por esse tal grupo de indivíduos contém descarados ataques contra várias associações de trabalhadores. Escrevem eles: « Esses traidores que se escondem por trás do prestígio do Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris, do nome da Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular e ainda do Encontro Português de Puteaux » (...) Devemos varrer esses traidores do nosso seio, denunciá-los como agentes da burguesia que tentam impedir, através da provocação e da vil calúnia, que o movimento associativo das massas emigradas, que o nosso jornal, dê o grande

continua na p. 8

O SALTO

56, rue de la Fontaine-au-Roi
75011 PARIS
Metro Goncourt

Horas de abertura

2ª feira das 16h às 22h 30
Sábado das 16h às 20h

Secção Social
Vendas
Redacção
Secretaria

depois das reformas

VAMOS PODER VOLTAR ?

No dia 25 de Abril uma Junta de Salvação Nacional, tendo à sua cabeça os generais António de Spínola e Costa Gomes, fez estalar uma intentona militar que viria a ser coroada de sucesso. Os militares saíram das casernas e, enquadrados no chamado « Movimento das Forças Armadas », com o apoio das massas populares que haviam sido chamadas a desempenhar o papel de força de pressão, neutralizaram as forças do governo caetanista.

Ao partir, o governo colonial-fascista de Marcelo Caetano transmitia os seus poderes aos insurrectos « democráticos » para que o « poder não caia na rua ».

Embora saibamos que o novo regime possa alimentar falsas ilusões às massas trabalhadoras,

também sabemos que a vanguarda do povo português está consciente e vigilante face às manobras da burguesia que acaba de substituir os seus governantes. O golpe de Estado de 25 de Abril em nada vem modificar no essencial o caminho que há-de conduzir o povo português à verdadeira democracia popular e à sua emancipação política, económica e cultural.

A DITADURA BURGUESA SOB O FASCISMO

A fim de pôr termo ao crescimento das lutas populares, a burguesia portuguesa deixa cair a sua máscara « democrática » e mostra a sua face opressora desencadeando o golpe de Estado fascista de 28 de Maio de 1922. Iniciava-se assim o período da cruel ditadura fascista que se

prolongaria por quase meio século. À cabeça do novo regime, cinicamente intitulado « Estado Novo », ia encontrar-se aquele que durante mais de quatro décadas viria a servir fielmente os interesses da burguesia portuguesa: Salazar. Como se sabe, é o regime de

Salazar que põe fim às instituições parlamentares que outrora existiam; que lança sobre os sindicatos e os partidos políticos as forças da repressão, atirando-os para a ilegalidade; que põe de pé uma política económica (o « nacionalismo

continua na p. 4

a situação dos desertores e refractários

LER ARTIGO NA PÁGINA 9



No Carmo, o povo festeja a queda do governo de Caetano.

TRABALHADORES EMIGRADOS FESTEJAM O 1º DE MAIO

O 1º de Maio, dia internacional do trabalhador, em que a classe operária de todo o mundo relembra a heróica luta dos operários de Chicago e celebra as lutas que o povo trabalhador tem travado ao longo dos anos pela sua emancipação, pela paz e o progresso, festejou-se este ano, para nós, trabalhadores portugueses emigrados, no meio de uma alegria indescritível. Após 48 anos de fascismo e de opressão feroz, a classe operária e o povo de Portugal puderam manifestar massivamente na rua o seu ódio ao fascismo, ao colonialismo e a todas as formas de opressão.

Respondendo ao apelo lançado pelo Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, as associações Encontro Português de Puteaux, Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris e Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular, apoiadas pelo Comité de Apoio aos Desertores e Refractários Portugueses, o Grupo de Teatro José Gregório e o Centro Outubro, organizaram em Suresnes, arredores de Paris, no dia 28 de Abril, uma sessão comemorativa do dia 1º de Maio.

Apesar do programa ter sido modificado por alguns dos cantores previstos terem partido

para Portugal, a sala estava repleta. Rodeados por inscrições que exprimiam as justas aspirações do nosso povo tais como, « Liberdade, Paz, Pão, Terra, Independência », « Apoiemos a Luta Popular em Portugal », « Os Povos das

continua na p. 3

ELEIÇÕES EM FRANÇA

As eleições para a presidência da República francesa terminaram com uma vitória do candidato preferido da grande burguesia, Giscard d'Estaing. O candidato da frente reformista, dita de « esquerda », François Mitterand, foi derrotado apesar do apoio que beneficiou de vários grupos monopolistas e de capitalistas bem conhecidos nos meios económicos e financeiros franceses.

Os falsos amigos do povo de Marchais e do chamado Partido Socialista de Mitterand, respectivamente companheiros de Cunhal e Soares, terão de enfrentar, após esta derrota, dificuldades crescentes para continuarem a enganar a classe operária de França e a fazer passar o seu eleitoralismo como « via de passagem ao socialismo ». A classe operária e muitos trabalhadores franceses, após mais esta macacada eleitoral, rejeitarão cada vez mais a colaboração de classes que lhes propõe o reformismo, alinhando ao lado dos revolucionários que apontam como única solução aos seus múltiplos problemas a Revolução Socialista.

O novo presidente da República prosseguirá a política de defesa dos interesses da grande burguesia

continua na p. 7

VAGA DE GREVES EM PORTUGAL

LER ARTIGO NA PÁGINA 5

movimento associativo

CAEM-LHES AS MÁSCARAS!

No dia 25 de Maio, realizou-se nos locais do Encontro Português de Puteau, a 5ª Reunião Inter-Associações (RIA) ordinária de Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados que veio culminar um processo de luta que vinha a ser travada pelas associações e colaboradores associativos, para varrer do MTPE um grupelho de provocadores infiltrados na sua direcção.

A 5ª RIA ordinária do MTPE, foi precedida de uma reunião inter-associações extraordinária na qual associações membras do MTPE da região parisiense, o Comité de Apoio aos Desertores e Refractários Portugueses, o Grupo de Teatro José Gregório, observadores da Comissão Cultural e Recreativa de Bruxelas, bem como pessoas ligadas ao movimento associativo democrático e popular, tais como o cantor José Mario Branco, tomaram a palavra para denunciar e desmascarar a actividade provocatória deste grupelho.

Ao tempo, o grupelho contava ainda com o apoio de um certo número de colaboradores associativos com ideias erradas sobre as razões de ser dessa luta, sobre os verdadeiros fins da actividade de tais elementos. De então para cá, o desmascaramento das artimanhas dos indivíduos que compõem esse grupelho tem sido feito junto de um número cada vez maior de colaboradores, tendo daí resultado o crescente isolamento do grupelho.

Na 5ª RIA, as associações Encontro Português de Puteaux, Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris, Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular e a Comissão Cultural e Recreativa de Bruxelas elegeram uma nova direcção (Comissão Permanente) do MTPE, para o ano de 1974/75, pondo fim à grave crise directiva que o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados atravessava.

DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES OU DA PEQUENA BURGUESIA RADICAL ?

O facto de que, das centenas de associações de trabalhadores existentes na emigração, apenas uma ínfima minoria tendra aderido ao MTPE, mostra-nos a incapacidade da direcção eleita na RIA de Melun em Março de 1973 em alargar e fortalecer o MTPE na via da União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados.

A ligação às massas trabalhadoras

Esta direcção, formada na sua maioria por intelectuais de origem pequeno-burguesa, não desenvolveu nunca um trabalho verdadeiramente democrático e popular. A maioria dos seus membros nunca se interessou em estar junto aos trabalhadores, conhecer os seus problemas e aspirações para com base neles planificar o trabalho e lançar as directivas. Em vez de partir da situação real das massas trabalhadoras para através de um trabalho prolongado fazê-las avançar e evoluir, este grupelho que dominava a direcção do MTPE lançava directivas, campanhas, enfim, todo um trabalho de fachada, cujo objectivo principal era aumentar o seu prestígio nos meios da intelectualidade no « exílio », abandonando concretamente a mobilização e a organização dos trabalhadores. Como resultado desta orientação, o MTPE não se alargava à maioria das associações e clubes de trabalhadores na emigração e as próprias associações membras do MTPE não se desenvolviam.

Contar com as próprias forças

Em consequência desta orientação desligada da realidade, seqüios de prestígio, estes « dirigentes » lançaram o MTPE numa avalanche de tarefas, actividades, « estruturas », para as quais não tinha havido previamente uma análise das forças existentes; esta política suicida levava à destruição das associações mergulhadas numa corrida às actividades para as quais não tinham as bases nem as forças e que impediam o desenvolvimento de um trabalho regular. Quando os colaboradores associativos submergidos pelo tarefismo e incapazes de dar vazão ao trabalho criticavam o idealismo, eram imediatamente chamados derrotistas e liquidacionistas.

A existência de múltiplas tarefas, a não definição clara das prioridades resultou na anarquia e na confusão no trabalho, e em vez de se avançar com firmeza para o alargamento e a consolidação do MTPE, estava-se sim a construir um edifício sem alicerces.

Colaboração de classes com a burguesia dos países da emigração

A pretexto de que o MTPE para continuar a existir « não pode atacar as burguesias de França, da Alemanha, etc. », estes « dirigentes » praticavam a mais descarada colaboração de classes. Apesar das belas frases sobre o Internacionalismo, observaram sempre um silêncio total sobre as lutas da classe operária destes países. Assim, em relação à luta contra o racismo e as circulares repressivas cujo fim é a divisão entre os trabalhadores emigrados e os trabalhadores dos países em questão, em relação às greves em que um número cada vez maior de trabalhadores portugueses participam, estes « dirigentes » nada fazem. Será isto a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores? Será isto o internacionalismo?

O autoritarismo, a falta de democracia, o sectarismo

Outra característica deste grupelho era tentativa constante para sabotar o trabalho colectivo, passando por cima de alguns membros da direcção e de responsáveis associativos.

O autoritarismo, o desprezo pela democracia manifestava-se também nas relações com as associações. Assim, as campanhas do MTPE, como é o exemplo da campanha « Uma ambulância para a Jovem Republica da Guiné-Bissau », eram decididas em muitos casos sem consulta prévia das associações.

Por outro lado, como consequência da sua origem de classe e da sua falta de ligação aos trabalhadores, estes « dirigentes » tinham uma atitude profundamente sectária, para eles só o que eles faziam era bom. Este defeito muito corrente nos meios intelectuais pequeno-

-burgueses, afastava do MTPE muitas associações e colaboradores em vez de os ligar a nós e de os ajudar a evoluir.

Por todas as razões acima apontadas não é de espantar que o ponto principal do programa do MTPE, ou seja, o apoio a luta popular em Portugal não tenha sido devidamente cumprido. Perante o desenvolvimento enorme da luta do nosso povo contra a exploração capitalista e a criminoso guerra colonial, perante as greves, paralizações, manifestações de rua que se multiplicavam e radicalizavam, qual o nosso dever senão apoiá-las e divulgá-las massivamente? Mas não, estes senhores, mais interessados pelo seu prestígio do que pela luta da classe operária, calaram totalmente estas lutas. Que silêncio tão significativo!

CONTRA A PROVOCAÇÃO

Quando as direcções das associações e os colaboradores associativos constatando a situação de fraqueza do MTPE, começaram a criticar a orientação e os métodos de trabalho da direcção, estes senhores vez de reconhecerem os seus erros e de se autocriticarem e, temendo que o controle lhes fugisse das mãos, preferem passar à provocação.

Na reunião da Comissão Directora do MTPE (a C.D. é formada pela direcção - C.P. - e por um membro de cada associação membra) realizada em Chatenay-Malabry a 13/4/74, bem como na reunião geral dos Jogos Florais a 14/4/74 nos mesmos locais, eles mostram a sua verdadeira face, a de provocadores infiltrados no movimento associativo democrático e popular. As manobras divisionistas, o constante espeznimento dos estatutos e das normas mais elementares da democracia, o clima de terror originado pelas ameaças de alguns membros da Comissão Permanente, a atitude manifestamente provocatória do Presidente do MTPE que se passeava de faca na mão, levaram o Encontro Português de Puteaux, o Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris e a Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular a retirarem-se da reunião e a tomarem a decisão de convocar uma RIA, órgão máximo do MTPE.

Perante a atitude firme destas associações que pretendem resolver o impasse criado no MTPE por uma direcção que se afastou dos interesses dos trabalhadores e que só pretende dividir para melhor reinar, este grupelho tem a vil ousadia de comparar os delegados destas três associações de trabalhadores a provocadores fascistas. A esta provocação, digna dos maiores reaccionários e agentes da burguesia, os trabalhadores presentes responderam com um violento protesto que desmascarou a verdadeira faceta destes falsos

PELA UNIÃO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS

Nesta sua actuação ignóbil, os provocadores montaram toda uma encenação habilidosa, atrás da qual esconderam muito bem o seu oportunismo.

Primeiro, recusam-se a discutir na estrutura mais representativa do MTPE (a RIA) a mais grave crise de direcção do Movimento até agora surgida. Esses « dirigentes » sabiam que a RIA seria a forma mais rápida e seu oportunismo ser demascarado perante o conjunto dos colaboradores associativos e das associações e destes tomarem as devidas providências para o combaterem. Através de uma RIA onde fosse discutida a orientação que a CP do MTPE imprimira ao trabalho, através duma RIA precedida do debate ideológico no seio das associações, o oportunismo daquele les « dirigentes » tinha os dias contados.

Depois, e valendo-se exactamente dessa falta de discussão, enveredam pelo caminho declaradamente divisionista, procurando opor as associações e os colaboradores uns aos outros, conseguindo arrastar atrás de si vários colaboradores associativos que não se tinham apercebido do carácter liquidacionista da actividade desses « dirigentes ».

Contra esta tática característica dos oportunistas, grande parte dos colaboradores do MTPE lançaram-se numa intensa campanha de esclarecimento e discussão ideológica que tem vindo a produzir os frutos desejados: restabelecimento da verdade dos factos ocorridos, desmascaramento do oportunismo e da actividade liquidadora do grupelho, e consequente isolamento deste.

A tal ponto esta actividade de esclarecimento tem sido conseguida que neste momento podemos afirmar com regozijo só haverem alguns poucos activistas do MTPE sob a influência desses sabotadores do movimento associativo democrático e popular dos trabalhadores portugueses emigrados. Por outro lado, estamos convencidos que com a continuação da campanha de esclarecimento, o total e completo isolamento dos sabotadores está para breve.

Estamos certos que neste combate contra a provocação e o oportunismo, o MTPE reforçou-se. Estamos certos que a experiência agora recolhida e a unidade resultante da discussão ideológica vai apertar os laços que unem as associações e os colaboradores associativos entre si. Estamos certos que banido o oportunismo infiltrado na direcção do MTPE, esta vai levar à prática as palavras de ordem do Movimento que melhor o definem: **Por um Portugal Onde Não Precisemos de Emigrar! Apoio à Luta Popular em Portugal!**

AOS ASSINANTES DE « O SALTO »

Dada a actividade de sabotagem de certos ex-colaboradores do nosso jornal, que relatamos no Editorial deste número, não temos na nossa posse todas as moradas dos assinantes que efectuaram os pagamentos a partir do mês de Dezembro. Este facto fará com que esses assinantes não recebam este número. Assim, pedimos aos camaradas que estão nesta situação que nos escrevam, enviando, se possível, a cinta do último jornal que receberam, para podermos completar o ficheiro de assinantes e normalizar a questão dos envios que, contra a nossa vontade, não decorrerão normalmente neste número.

COMUNICADO DE IMPRENSA

O jornal *O Salto*, as associações membras do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados (MTPE): Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular, Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris e Encontro Português de Puteaux, o « Jornal Português » e o Centro Outubro, elaboraram um comunicado conjunto que enviaram aos órgãos de informação em Portugal. A seguir transcrevemo-lo na íntegra.

A imprensa portuguesa noticiou a prisão em Portugal, no passado dia 10 de Maio, do agente da Pide Manuel Rio.

Manuel Rio actuava em França ao abrigo da chamada « Frente Portugal Livre », que as verdadeiras forças democráticas e antifascistas no exílio denunciaram por diversas ocasiões como um grupo provocador controlado pela sinistra organização.

É, portanto, sem a menor surpresa que as forças democráticas e antifascistas em França tomaram conhecimento da prisão deste indivíduo.

No entanto, Manuel Rio não actuava só. Diversos Comités Contra a Repressão na emigração tiveram ocasião de divulgar a existência de aproximadamente 3 000 agentes e informadores em

continua na p. 3

CONHECE os clubes de trabalhadores

FRANÇA PARIS

Centro Outubro
154, rue St. Maur
75011 PARIS
Metro Belleville

Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular
37, rue des Maronites
75020 PARIS

IVRY

Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris
25, rue Christophe Colomb
94200 IVRY SUR SEINE
Metro Pierre Curie

PUTEAUX

Associação « Encontro Português »
7, rue Charles Chenu
92800 PUTEAUX

FRANÇA - Outras Regiões

LYON

ATPAL - Associação dos Trabalhadores Portugueses da Aglomeração Lionesa
3, rue Diderot
69001 LYON

BOURGES

Centro Recreativo dos Portugueses
Centre Culturel (M.J.C.)
Boite Postale n° 1
« Chancellerie »
18005 BOURGES

ALEMANHA

STUTTGART

Associação Operária 1º de Maio
(Portugiescher Verein)
7 STUTTGART 50
Pragstrasse 174

NEUSS

Centro Português de Dusseldorf-Neuss
404 NEUSS 8
Postfach 923

DÜSSELDORF

Clube dos Trabalhadores Portugueses de Dusseldorf
4 - DÜSSELDORF - 1
Charlottenstrasse 85 r/c

BÉLGICA

Comissão Cultural e Recreativa de Bruxelas
63, rue de la Brasserie
1050 BRUXELAS

INGLATERRA

LONDRES

Liga Portuguesa do Ensino
18, Fleet Road
LONDON WC

JORNADAS DE APOIO
À LUTA POPULAR EM
PORTUGAL

Realizam-se em Paris, nos dias 22 e 23 de Junho, as « Jornadas de Apoio à Luta Popular em Portugal ».

Estas jornadas estão centradas sobre a informação das lutas que o povo português tem travado contra a burguesia exploradora que o oprime, antes e depois do golpe de Estado do 25 de Abril, e sobre a discussão das novas perspectivas da luta popular em Portugal.

São organizadas pelas três associações de trabalhadores portugueses emigrados da região parisiense: membros do MTPE, com a colaboração do « Jornal Português » e de « O Salto ».

Conforme o MTPE já esclareceu através de um comunicado, as presentes jornadas substituem os Jogos Florais programados para os primeiros dias de Junho deste ano. A Comissão Permanente do MTPE e as associações, atendendo aos problemas surgidos no seio do Movimento e ao momento político actual, entenderam que devia ser dada preferência à organização de uma jornada de propaganda e de apoio à luta do povo em Portugal que fosse constituída por comícios realizados pelas diferentes associações nas suas regiões.

COMUNICADOS DO MTPE
SOBRE O 25 DE ABRIL

A propósito do 25 de Abril, o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados (MTPE) fez sair, nos primeiros dias após o golpe de Estado, dois comunicados, um intitulado « Apoiemos a Luta Popular em Portugal » e o outro « Viva a Luta do Povo Português Pela Democracia Popular ».

Nestes panfletos o MTPE toma uma posição muito bem definida de efectivo apoio à luta popular em Portugal.

Ganhando nova dimensão, esta palavra de ordem impõe novas e importantes tarefas aos colaboradores associativos e às associações democráticas e populares. A multiplicação das actividades de informação e propaganda das lutas que os trabalhadores travam diariamente em Portugal, a intensificação do trabalho político de combate e desmascaramento dos falsos amigos do povo espalhados pela emigração, juntamente com a firme defesa dos interesses específicos dos trabalhadores emigrados são tarefas necessárias. Elas devem visar a mobilização de um número cada vez maior de trabalhadores emigrados para um largo apoio aos que em Portugal continuam a lutar pela emancipação de todos os trabalhadores portugueses.

VIDA ASSOCIATIVA

CAMPANHA
DA AMBULANCIA

« (...) A totalidade das associações presentes reconheceram, depois de uma análise do trabalho realizado e em curso de realização, que certas campanhas lançadas pela CP eram impossíveis de levar a cabo. O facto mais grave foi a campanha "Uma ambulância para a Jovem República da Guiné-Bissau", lançada de uma maneira idealista e autoritária sem antes se ter consultado as associações, pôs estas perante um facto consumado e originou a falta de mobilização nas suas regiões que uma tal campanha exigia.

Queremos esclarecer, por outro lado, que no momento do lançamento da campanha a CP explicou que o fim principal desta campanha era a mobilização dos trabalhadores portugueses para a luta anticolonial; ora, o que se verificou foi o abandono da campanha política nos seios dos trabalhadores portugueses para se voltar de uma maneira escandalosa para a caça ao dinheiro nos meios liberais ou revolucionários franceses e de outras nacionalidades.

O MTPE apoia sem reservas a luta dos povos irmãos das

colónias pela sua independência total. Mas esse apoio deve ser em primeiro lugar político. Se não o é... A história está cheia de exemplos de burgueses que aliviam a sua consciência criando fundações humanitárias.

Em consequência dos problemas citados e vendo-se na impossibilidade material de levar a cabo esta campanha, o MTPE decidiu:

1) Suspender imediatamente a campanha "Uma ambulância para a Jovem República da Guiné-Bissau";

2) Convocar uma reunião com todas as associações e pessoas que colaboravam na campanha para recolha dos fundos

já obtidos para a mesma, com vista a enviar ao PAIGC todo o dinheiro recolhido.

3) Fazer uma sincera autocritica pelo liberalismo de que fizemos prova e que permitiu a certos indivíduos lançar esta campanha irresponsável, para a qual não tínhamos as forças necessárias, e que só pode cobrir de descrédito o MTPE e todas as forças honestas que nela participaram.

(Extracto de um comunicado do MTPE publicado a 1 de Junho onde se dá a conhecer a resolução tomada pelas associações, em RIA, sobre a refe-

A 1 de Junho, portanto já depois desta decisão ter sido tomada, realizou-se uma jornada anticolonialista cuja propaganda afirmava que se integava na campanha « Uma Ambulância Para a Jovem República da Guiné Bissau » e apresentava o MTPE como organizador, ao lado do nosso jornal.

Primeiro perante elementos da Comissão Permanente e vários colaboradores associativos presentes, depois através de um « esclarecimento » policopiado, assinado por « um grupo de activistas do MTPE », foi reconhecido pelos elementos que organizavam aquela jornada o facto abusivo de se ter anunciado o MTPE como um dos seus organizadores. Esse facto foi justificado pelo desconhecimento que aquelas pessoas diziam ter da decisão tomada em RIA.

Ficou-se a saber que a jornada, na qual predominavam os pequeno-burgueses radicais, era organizada por alguns colaboradores associativos do MTPE, pelos « Comitês Indochine-Palestine » e « Fédération des Etudiants d'Afrique Noire en France »... e por Manuel Ribeiro! Com efeito, conforme foi explicado por um daqueles colaboradores, o nome de « O Salto » aparecia entre os organizadores porque Manuel Ribeiro, apresentando-se como Comité Executivo do jornal, dera o seu apoio aquela realização. Mais uma vez o divisionista executou uma manobra provocatória. « O Salto » não pode deixar de a condenar veementemente e de denunciar-la publicamente.

1º DE MAIO EM PARIS

continuação da p. 1

Colónias Vencerão » e num ambiente verdadeiramente popular, os 200 trabalhadores presentes aplaudiram vigorosamente as intervenções dos elementos das associações organizadoras.

O tema da intervenção central, da autoria das três associações foi a situação em Portugal. Depois de se referir ao desenvolvimento que a luta popular em Portugal teve no último ano, às numerosas greves, paralizações, manifestações de rua contra a guerra colonial e que foram, juntamente com as grandes vitórias dos povos de Angola, Guiné e Moçambique, a principal causa da queda do regime fascista de Caetano, depois de reconhecer a vitória que constitui para os trabalhadores a conquista dos mais elementares direitos democráticos, como o direito à greve, a abolição da censura prévia, a dissolução e prisão da criminosa PIDE-DGS e da Legião, e a libertação dos presos políticos, o orador declarou que a queda do fascismo era um passo (importante, sem dúvida) mas apenas um passo na longa estrada de luta que nos conduzirá à satisfação das aspirações fundamentais do nosso povo. Afirmou ainda que as vitórias não são oferecidas ao povo numa bandeja, mas sim conquistadas, e exortou os trabalhadores a tomarem firmemente o seu destino em mãos e a reforçarem a sua luta « Por um Portugal donde não precisemos de emigrar ».

Após outras intervenções do representante do CADRP e do Centro Outubro, deu-se prosseguimento ao programa cultural preenchido com poesia e música popular. A iniciar o comício, foi exibido o filme « Le Joint Français », que descreve o sucesso da greve prolongada lavada a cabo pelos operários dessa empresa. Nessa parte, um membro do Grupo de Teatro José Gregório recitou vigorosamente o poema 1º de Maio do poeta soviético Maïakovski, outro colaborador do CJTPP leu poesias da sua autoria inspiradas nos últimos acontecimentos em Portugal que

muito agradaram ao público pelo seu cariz simples e popular.

ABREM-SE
NOVOS HORIZONTES

I
Será uma solução
Derrubar só o fascismo ?
Ou fazer a revolução
Implantando o Socialismo ? !

II
Não caímos em optimismo
Nem derrota demasiada ;
No caminho pró socialismo
Abre-se à frente uma estrada.

III
Não recuamos a nada
Pois sabemos o que queremos
É longo o fim desta estrada,
Mas um dia chegaremos !

IV
Não chega ainda o que temos.
Que fazer pois, ó irmãos ?
Lutar p'ra que o poder
Venha um dia p'ras nossas mãos !

Este mesmo aderente interpretou ainda em harmónica várias melodias populares portuguesas ao ritmo dos aplausos da assistência e terminou tocando para os trabalhadores, que logo se puseram de pé, a Internacional, hino da classe operária.

A sessão terminou com um debate muito animado em que um grande número de trabalhadores se exprimiram acerca da situação em Portugal, na emigração, etc ...

Entretanto, à mesma hora, numa pequena sala em Paris, grupelho que, entretanto, lançara as mais caluniosas acusações contra o MTPE, organizava, numa manobra manifestamente divisionista, um outro « comício » utilizando abusivamente o nome do MTPE. Mas a sua manobra foi um fracasso! Segundo testemunhos de pessoas que lá estiveram, apenas se encontravam na sala umas 20 pessoas e nem um só trabalhador. As suas habilidades só enganam quem quer ser enganado. O seu isolamento dos trabalhadores é um facto.

Trabalhadores unidos, firmes e vigilantes venceremos!
Viva o 1º de Maio!
Viva a luta popular em Portugal!

CORREIO DO LEITOR

O Movimento correu
com uma vara deles

Recebemos de um nosso leitor e colaborador do MTPE a seguinte carta:

Quando ouvi dizer que o MTPE organizava uma jornada anticolonialista, logo vi que as provocações continuavam. Ora como eu defendo a unidade no seio do Movimento, não podia permitir tais abusos, e fui dar a minha volta até Vincennes, com a decisão de desmascarar a manobra.

Mas o Movimento é unido e assim quando cheguei aos locais da festa não estava só: a mesma decisão já tinha sido tomada por vários camaradas. A Comissão Permanente (C.P.) também lá se encontrava. A minha intervenção não era pois necessária, mas fiquei até ao fim da festa para ter possibilidade de escrever este pequeno artigo. Gostava que os camaradas o publicassem.

No momento em que eu cheguei, os camaradas da C.P. estavam a distribuir um comunicado às pessoas que iam entrando. O comunicado, escrito em português e francês, desmascarava o grupo de provocadores que vinham atacando abertamente o Movimento desde o dia 13 de Abril. Num dos parágrafos o comunicado dizia: « Pomos em duvida o destino dos lucros desta festa. »

Uma delegação composta por dois colaboradores da festa, com a braçadeira do serviço de ordem, vieram « negociar » com a C.P. Foi a delegação que abriu o diálogo para dizer: « Nós decidimos ontem que são vocês o Movimento... »

Esta frase tem a sua piada! Mas tudo o que eles disseram tem piada. Pareciam um barco sem rumo, sem piloto. Não sabiam o que dizer. Até se contradiziam! Exemplo disso é o esclarecimento que eles trazem a público e que junto vos envio¹. Francamente não sei para que servem as universidades!

Mas se alguns dos colaboradores daquela festa, conscientes da luta de classes, defendem a classe a que pertencem, a burguesia, outros são defensores sinceros dos trabalhadores, e se hoje estão a defender ideias erradas, é porque estão enganados, é porque confiam em tipos que hoje se provou que são desonestos, que fizeram porcas calúnias. Vejamos o que diz um elemento vindo da Alemanha (creio eu): « Vocês, nos vossos documentos, só falam de mulheres ». Ora que eu conheça, e creio que li os documentos todos que saíram desde o 13 de Abril, nenhum deles fala de mulheres.

Um outro camarada da ATPAL dizia que não estava ao corrente de

nada, que tinha sido mobilizado para a festa e julgava estar a colaborar para o MTPE.

Aconselho estes camaradas e todos quantos se queiram informar das provocações que o MTPE foi vítima, a escreverem para MTPE - 56, rue de la Fontaine au Roi, Paris 11e, e receberão as brochuras elucidativas.

Um outro camarada dizia: « Dá impressão que vocês querem eliminar um homem, e que tudo isto são razões pessoais... é só para eliminar um tipo! »

Se o camarada estava com « impressão » que era só um, tranquilize-se: O Movimento (correu) com uma vara deles! Isto é como em tudo: Quando ha alguma coisa podre, vai contagian-

do; quando há uma batata podre que passa, logo vão apodrecer mais. As vezes até passa mais do que uma, e se não se estiver vigilante acabam por provocar muito estrago. Ainda não sei quantos provocadores se infiltraram no nosso Movimento, mas a pouco e pouco eles vão sendo varridos do nosso seio e cada vez mais os trabalhadores se unem e tomam em maos os seus destinos.

ABAIXO A PROVOCAÇÃO!
VIVA O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS!
PELA UNIÃO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS!

COMUNICADO...

actividade nos meios emigrados e exilados. Por outro lado, a cumplicidade da polícia e dos grupos fascistas franceses, entre os quais o sindicato patronal CFT (Confédération Française du Travail) com a Pide, foi provada por diversas ocasiões e muito particularmente no âmbito da empresa Citroën, onde existe uma forte concentração de trabalhadores portugueses emigrados.

Sabe-se também que os serviços públicos na emigração e, particularmente, os Consulados, Embaixadas e Casa de Portugal em Paris eram ninhos de pides. Certos serviços privados, tais como agências de viagem, jornais, « associações portuguesas », agências bancárias, eram estruturas de apoio ou lugares de grande infiltração pidesca.

Ora, que saibamos, tais organismos continuam a funcionar sem grandes alterações.

Enquanto que em Portugal, os agentes da Pide são presos, aqueles que ainda se encontram em liberdade são denunciados e que a caça ao pido se intensifica a todos os níveis, na emigração tudo continua praticamente inalterável.

As massas trabalhadoras portuguesas emigradas e as forças democráticas e antifascistas na emigração não podem continuar a tolerar tal situação.

Assim, os signatários exigem que:

1. seja tornada pública a identidade e fotografia dos agentes e informadores da Pide em actividade na emigração;
2. seja tornada pública as estruturas oficiais e privadas que serviam de cobertura às actividades criminosas da Pide;
3. seja tornada pública a contribuição financeira que era fornecida às antenas do fascismo na emigração, e particularmente aos diversos « Jornais de emigrantes », editados por fascistas notórios;
4. finalmente, sejam tomadas medidas para que se proceda a um total saneamento dos serviços públicos na emigração, em conformidade com as justas reivindicações já exprimidas pelos trabalhadores destes organismos.

Na expectativa de uma resposta imediata, apresentamo-vos as nossas saudações democráticas e antifascistas.

NOTA

Dias depois, soubemos que Manuel Rio tinha sido libertado, embora a sua actividade na emigração não dê lugar à menor dúvida e o próprio oficial da Marinha que o interrogou tenha afirmado que Manuel Rio estava « altamente comprometido » com a Pide. Talvez haja alguém a pensar que ele possa ser útil...

OS REFORMISTAS EM ACÇÃO

O Salto, desde o seu primeiro número, não se tem cansado de denunciar a demagogia daqueles que embora digam defender os interesses dos trabalhadores, na realidade combatem-nos, daqueles que fazendo passar-se por seus representantes, acabam por traí-los.

É sobre esse falsos amigos dos trabalhadores, é sobre os reformistas da CDE e companhia que deram recentemente mais alguns bons exemplos do que podemos esperar deles, que nós vamos escrever este artigo.

Logo no dia 25 de Abril, no Largo do Carmo, um conhecido reformista dirigiu-se em termos contra-revolucionários à multidão que pretendia passar os portões do quartel onde se refugiava Marcelo Caetano. Pedro Coelho, apesar da hostilidade evidente com que os trabalhadores presentes recebiam as suas palavras, dizia e repetia que era preciso ter calma, que era preciso obedecer às forças armadas, que era preciso civismo.

Com esta intervenção, o falso amigo dos trabalhadores não tinha outro objectivo senão salvar das mãos da justiça popular o chefe do governo fascista que tantos crimes cometera contra o povo. Objectivo que atingiu, gozando da íntima colaboração das forças militares que foram ao ponto de pôr à disposição de Caetano um carro blindado. Como eles temem a violência dos trabalhadores, mesmo que estes não possuam outras armas senão as suas próprias mãos!

Na grande reunião de trabalhadores realizada no « Estádio 1º de Maio », quando um antigo presidente do sindicato dos metalúrgicos, operário com valioso passado antireformista, pretendeu falar, foi impedido de o fazer pelos reformistas que se encontravam junto dos microfones. O medo que tais senhores têm de que os trabalhadores ouçam as críticas que operários fazem à sua actuação pseudo-revolucionária, levam-nos a tomar estas atitudes, claramente anti-democráticas.

Outro caso. Decorria um comício da CDE no Barreiro. A um dado momento, levantam-se vozes, desmascarando a demagogia dos cedeístas. Logo aqueles vergonhosos reformistas lançam-se na calúnia mais suja, dizendo que os elementos que tinham acabado de falar eram da Pide!

Cena semelhante teve lugar em Baleizão, no dia 19 de Maio, durante a homenagem a Catarina Eufémia, a heroica camponesa comunista que tombou varada pelos tiros da guarda republicana assassina. Enquanto anti-reformistas distribuíam um comunicado que acusava o partido de Cunhal de fazer falsas promessas, elementos da CDE surgem de todos os cantos, gritando que os distribuidores eram pides e incentivando os muitos trabalhadores e jovens presentes a massacrá-los.

Espancamentos, ameaças, provocações e calúnias, eis alguns dos métodos que os reformistas utilizam para combater todos aqueles que erguem a voz para desmascarar a sua acção contrária aos interesses do povo.

No jornal « Avante! » também encontramos alguns bons exemplos de reformismo, no meio de uma linguagem de cunho socialista.

Já no seu número um da nova série, o jornal fazia uma breve referência a estudantes que pela

simples razão de assumirem posições antireformistas eram acusados de « esquerdismo »... Diga-se de passagem, muitas vezes é uma honra ser apelidado dessa forma pelos reformistas: muitas vezes isso significa ser revolucionário.

No « Avante! » seguinte, o carácter colaboracionista que é próprio do reformismo, aparece às claras. No meio duma linguagem socialista, o « Avante! » diz que « o estabelecimento de um salário mínimo geral de 6.000 escudos seria incompatível com o nível actual do rendimento nacional ». Então, se os que pretendem defender os interesses dos trabalhadores acham demais 6.000 escudos de salário, como é que os patrões vão pagar mais?! Com esta ajuda dos reformistas do « Avante! », os patrões têm o caminho facilitado, nomeadamente para baixar os salários de 7.500 escudos que operários obtiveram recentemente.

Num comunicado do chamado Partido Comunista Português, os dirigentes daquele partido reformista insurgem-se contra « a corrida a salários acima das possibilidades de muitos sectores e da própria economia nacional », insurgem-se contra as greves reivindicativas que os operários têm desenvolvido pela melhoria das suas condições de trabalho e de salário, acusando-os de favorecer a contra-revolução.

É desta forma descarada que os partidários do « senhor ministro » Cunhal caluniam as lutas operárias e populares contra a exploração! Enterrados no lamaçal da colaboração de classes, eles fazem o jogo da burguesia, dizendo aos trabalhadores para que não lutem contra ela! E tudo isto em nome duma « liberdade » e « democracia » (burguesa, claro).

Acenando aos trabalhadores com o espectro do caos económico e do retorno ao fascismo, os reformistas pretendem afastar as massas trabalhadoras da luta revolucionária.

Para que elas não ouçam a voz das forças democráticas e populares que lutam tenazmente pelo fim da opressão e da exploração, que lutam pela revolução democrático-popular e pelo socialismo, para que elas não ouçam as vozes daqueles que denunciam o reformismo como contrário aos interesses da classe operária e outras classes trabalhadoras, os reformistas lançam calúnias, dizendo que tais forças são contra-revolucionárias e fazem o jogo da reacção.

Mas quem é contrarevolucionário? É a própria experiência histórica que dá a resposta a esta pergunta. O reformismo só pode conduzir os trabalhadores a ajoelharem-se perante a burguesia. E quantas vezes não leva à derrocada do movimento operário no meio de uma onda enorme de sangue! Dezenas de milhares de trabalhadores massacrados por forças fascistas no Chile, eis o resultado flagrante da política reformista.

ESCREVE PARA:

« O SALTO »

B.P. 95

75 522 PARIS CEDEX 11

VAMOS PODER VOLTAR ?

Continuação da p. 1

económico) baseada numa exploração monstruosa do povo português e dos povos das colónias; que coloca o aparelho de Estado ao serviço duma cruel ditadura fascista. Enfim, foi o regime fascista de Salazar o que, nessa altura, melhor serviu os interesses da burguesia, a mesma que, hoje, põe de novo a sua máscara « democrática », como nos anos que se seguiram a 1910.

Durante o regime salazarista a luta de classes, que opunha a burguesia às massas trabalhadoras, conheceu momentos muito importantes que nós hoje não podemos esquecer nem ignorar. As lutas populares atingiram momentos altos na história do movimento operário e popular português. Desde a insurreição armada do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande, passando pelas greves nacionais de 1944, até às grandes manifestações populares de 1962, nós encontramos a voz do povo português erguida contra a exploração da burguesia fascista e proclamando o caminho da luta armada como a única via para a conquista da democracia popular. Os nomes de Militão Ribeiro, José Gregório, Alfredo Dinis, Catarina Eufémia e de tantos outros, estão estreitamente ligados a essas lutas. Contudo, o movimento operário não conheceu somente os seus fiéis dirigentes e os seus heróis. Ele conheceu também os seus traidores. Com efeito, a luta não se travava unicamente contra o inimigo do exterior, ou seja contra as investidas e infiltrações fascistas: a luta mais sinuosa

transformou o Partido Comunista Português, depois de 1956, num Partido de tendência social-democrata, dependente da burguesia liberal.

Se, por um lado, o regime salazarista veio assegurar a sobrevivência da burguesia, seja através da repressão feroz lançada contra o movimento operário, seja através da instauração do « corporativismo », criado com o fim de remendar a economia e dividir a classe operária, por outro lado, ele não pôde evitar o rebentamento das contradições no seio da própria burguesia.

O REVERSO DA EXPLORAÇÃO COLONIAL

O regime salazarista, com mira na exploração colonial, traçou um esboço de industrialização que iria assentar sobre o « Pacto Colonial ». Em 1938, o ditador Salazar resumia a essência desse « pacto » da seguinte maneira: « as colónias produzem e vendem à metropole as matérias primas e, com o preço destas, elas compram-lhe produtos manufacturados ». Este sonho da burguesia portuguesa, mais tarde, tornou-se para ela um verdadeiro pesadelo, devido à luta de libertação nacional conduzida pelos povos irmãos das colónias.

O desencadear da guerra colonial lançou o regime salazarista para uma das suas maiores crises de sempre. Se o primeiro « Plano de Fomento » (1953-1958) trouxe algumas vantagens aos grupos financeiros portugueses, o segundo (1959-1964), que encorajava os

para África. O colonialismo português tem de recorrer aos capitais estrangeiros para cobrir as monstruosas despesas da máquina de guerra e evitar o caos económico.

Durante os sete anos que se seguiram ao começo da guerra colonial, os capitais estrangeiros penetram espectacularmente no país; eles são dez vezes superiores às entradas constatadas durante os dezoito anos precedentes. Esses capitais estrangeiros encontram-se investidos em cerca de mil das maiores sociedades portuguesas. O capital médio das empresas que possuem uma participação estrangeira é cerca de dez vezes superior ao capital médio do conjunto das empresas portuguesas. A ditadura fascista do governo de Salazar assegurava a estabilidade política exigida pelo capital monopolista estrangeiro.

Durante a década de 60 o povo português é atirado para a maior miséria de sempre. Com os mais baixos salários da Europa, com a maior percentagem de mortalidade infantil, com um baixo nível cultural (35% da população é analfabeta), o povo português transporta o fardo do capitalismo e do colonialismo. Mais de um milhão de portugueses emigram; cerca de cem mil jovens desertam e quase duzentos mil são permanentemente enquadrados no exército colonial-fascista; sessenta mil morrem ou ficam gravemente feridos.

Durante estes últimos treze anos o movimento operário português, que havia perdido a sua vanguarda organizada



Ontem colonialista



Hoje « democrata »

travava-se contra os que ocupando postos de direcção no seio do movimento operário procuravam afastá-lo da tomada do poder político. O nome de Álvaro Cunhal encontra-se à cabeça de todos aqueles que, por diversas vezes e por diferentes meios, tentaram transformar a luta de classes na colaboração entre as classes. A « teoria » da « passagem pacífica ao socialismo », que mostrou de novo os seus resultados negativos no Chile, teve, em Portugal, o seu apóstolo em Álvaro Cunhal. Esta « teoria » reformista

investimentos no sentido da industrialização, vê-se votado ao fracasso. A burguesia portuguesa treme diante das duas frentes de combate que não tardam a ganhar forma. Em África, durante o ano de 1961, estala a primeira grande insurreição popular, em Angola; em Portugal, as massas trabalhadoras manifestam-se violentamente na rua exigindo armas para derrubarem a ditadura. O regime colonial-fascista de Salazar lança-se na guerra colonial enviando contingentes de dezenas de milhares de homens

em 1956, travou grandes lutas, mas quase todas de carácter económico. As lutas de carácter político, tais como as travadas em 1962-63, só voltariam a manifestar-se em 1969 e em 1973, por ocasião das « eleições » fascistas. Na verdade as massas trabalhadoras souberam responder ao apelo de abstenção face às burlas, lançado pela sua vanguarda reorganizada, e rejeitando as propostas conciliadoras dos reformistas.

A luta de libertação nacional dos heróicos povos das colónias

VAGA DE GREVES EM PORTUGAL

veio, por um lado, acentuar as contradições no seio da burguesia colonial-fascista e, por outro lado, abrir novas perspectivas revolucionárias à luta do povo português. Ao abalar o sistema colonial português, a luta de libertação nacional corrou as bases do sistema capitalista, enfraqueceu a cadeia imperialista e aliou-se à luta que o povo português trava contra o mesmo inimigo.

O 25 DE ABRIL E A NOVA MÁSCARA DEMOCRÁTICA

Se o regime salazarista não conseguiu acalmar os ânimos dos capitalistas portugueses, o de Marcelo Caetano veio contribuir mais ainda para o pânico da alta finança, em virtude de se ter acentuado a dependência da economia portuguesa em relação à economia europeia e mundial. Este estado de insegurança era motivado pelas votórias que vinha alcançando a luta de libertação nacional nas colónias e pela instabilidade política que reinava em Portugal devido às lutas populares.

A entrada de Marcelo para o governo (1968) não deu mais capacidade de manobra à burguesia portuguesa. Após um breve simulacro de liberalização, os principais grupos monopolistas entraram em viva polémica. Enquanto uns pretendiam impôr pela força das armas a continuação da exploração colonial, outros propunham novos meios de a prosseguir através duma maior ligação com o capital europeu. Em 1972, é ainda a ala ultra, colonial-fascista, que sai vencedora, sendo afastados do governo os ministros caetanistas chamados «liberais», Rogério Martins, Xavier Pintado e João Salgueiro. No entanto, o regime mantinha uma unidade presa por fios. Ao descontentamento popular, à desunião da burguesia veio depois juntar-se a insubordinação do exército.

Não foi difícil à burguesia portuguesa escolher o sucessor de Marcelo Caetano. O general António de Spínola, que fizera a guerra de Espanha ao lado de Franco, que participara na segunda guerra imperialista ao lado de Hitler, que em 1961 partira para Angola e que em 1972 era promovido governador e comandante-chefe da Guiné, possuía uma «brilhante» carreira política e militar. Com a publicação do livro intitulado «Portugal e o Futuro»*, ele dava a coesão ideológica aos que o seguiam e «profetizava» os acontecimentos. No entanto, havia sectores da burguesia que não queriam participar no esquema apresentado por Spínola. Esses, que ainda detinham o controle de importantes sectores do aparelho de Estado, teriam de capitular diante da força militar que apoiava o general e os seus patrões.

Em Março faz-se o ensaio geral. Palmas dos doutores da CDE. O regime caetanista reage rapidamente, embora com pouca firmeza. O general ganha prestígio e o «movimento dos capitães» também.

Na noite de 24 de Abril limpam-se as espingardas. Todos estão a postos. O povo português deita-se, após mais um dia de miséria. No começo do dia 25,

continua na p. 6

Para Dimitrov a vitória do fascismo num país reflete dois aspectos: por um lado «a fraqueza do proletariado, desorganizado e paralizado pela política social-democrata cisionista de colaboração de classe com a burguesia», e por outro lado «a fraqueza da própria burguesia, que se enche de medo perante a realização de luta da classe operária, perante a revolução e já não pode manter a sua ditadura sobre as massas pelos velhos métodos de democracia burguesa e de parlamentarismo». Ainda de Dimitrov a definição científica do fascismo: «O fascismo é a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacçãoários, mais chauvinistas, mas imperialistas do capital financeiro».

No fascismo são de acentuar várias características, tais como:

- O capital não faz concessões às classes trabalhadoras, a não ser aquelas que permitam a sobrevivência dessas mesmas classes dentro de condições físicas e mentais mínimas;
- o aparelho repressivo montado pela classe dominante e seus aliados para defender exclusivamente os seus interesses é reforçado, ao ponto de chegar ao assassinato, à tortura e à prisão daqueles elementos que defendem os interesses das classes trabalhadoras;
- a contradição antagónica capital-trabalho agudiza-se: todo e qualquer movimento das classes trabalhadoras que queira pôr em prática um dos seus métodos de luta (greves, sindicatos representativos, etc.) é esmagado, combatido e reprimido ferozmente pelo aparelho repressivo fascista. Assim se tenta manter o trabalhador indefeso, isolado da vida política, apenas entregue as decisões do capital: baixos salários, despedimentos, condições precárias de vida, ritmos de trabalho embrutecedores, etc.

Facil é de compreender que, nas condições do fascismo, o capitalismo e o bloco das classes dominantes tenham um medo de morte dessa arma única dos trabalhadores que é a greve. É que a greve é sempre um princípio de consciencialização revolucionária, um reforçar da solidariedade entre os trabalhadores, uma situação na qual estes se apercebem melhor da necessidade de se organizarem e da função determinante e decisiva que eles têm na sociedade e no processo histórico.

Em regime fascista as greves obrigam a ditadura terrorista burguesa a mostrar a sua verdadeira face devido aos meios que é obrigada a utilizar para as reprimir. Em Portugal a PIDE-DGS, a GNR, eram sistematicamente chamadas a intervir para impedir a continuação das greves e prender os elementos que as dirigiam. Foi numa situação destas que CATARINA EUFÉMIA foi assassinada. O fascismo não tem outra solução senão a de proibir as greves, do mesmo modo que proíbe a expressão das opiniões políticas da vanguarda das classes trabalhadoras.

Porém, não é devido ao fascismo não autorizar as greves que elas não se produzem; a realidade dos 48 anos de fascismo aí está para o demonstrar. Se o movimento grevista em Portugal não atingiu outras proporções, isso deve-se a que o fascismo utilizava todos os meios ao seu alcance para abafar as justas aspirações das classes trabalhadoras: a censura inquisitorial que vedava o conhecimento das informações, o baixíssimo grau de instrução e de cultura a que aquelas classes tinham acesso, a perseguição feroz que se fazia aos elementos mais avançados e esclarecidos da classe operária, assim como à sua vanguarda organizada politicamente, a colaboração de informadores (os chamados «bufos»), etc. Por outro lado há a registar a influência do reformismo de certas organizações políticas junto das classes trabalhadoras, o qual as desvia(va) dos objectivos que historicamente lhes estão designados; como consequência do reformismo e da divisão que exerce na classe operária, constata(va)-se uma organização fraca da vanguarda política e dos elementos revolucionários.

Fins de 1973, princípios de 1974. Algumas das principais greves por aumentos de salários e melhores condições de trabalho registam-se nas companhias de Transporte Bucelense e Eduardo Jorge, na Robialac, na Lisnave, na Electroarco, na Celcat, na Soferame, nas empresas da Marinha Grande, na Companhia de Fiação do Cávado, na Setenave por parte dos trabalhadores caboverdeanos, além de outras mais.

Após o 25 de Abril deixam de ter razão de ser as greves assim como as reivindicações dos trabalhadores? Não. A contradição entre o capital e o trabalho mantém-se. O capitalismo português é obrigado a fazer várias concessões às classes trabalhadoras, entre elas a greve. Ela é uma vitória destas classes e ao mesmo tempo um dos sinais de que algo mudou na relação de forças em Portugal: afastamento da ditadura terrorista, que cede o lugar a uma nova aliança dominada pela burguesia liberal e apoiada nas forças reformistas.

Em seguida a uma reunião de Spínola com a banca privada e representantes destacados do capital monopolista, a 29 de Abril, António Champalimaud afirmou que a liberdade se devia estender à banca, à indústria e ao comércio de modo a que a iniciativa privada se pudesse manifestar, e sem a qual não poderia haver verdadeira liberdade. Declara também que «qualquer demora em simplificar o sistema económico, mesmo antes de haver tempo para o reestruturar, levará à perda de oportunidades preciosas quer no Continente, quer em África» e solicita reformas de natureza económica e financeira que permitissem a criatividade por parte da iniciativa privada, além de medidas de protecção à banca. O capitalismo monopolista em Portugal estava pronto a jogar a sua cartada na democracia burguesa.

Anteriormente, dia 27, uma declaração de vários sindicatos reunidos em Lisboa apresentava como uma das reivindicações mais urgentes a do direito à greve. Os sindicatos iam sendo ocupados pelos sócios, novas direcções eram eleitas ou formadas comissões administrativas. Em algumas empresas os trabalhadores exigem o afastamento de elementos da administração conhecidos pelos seus métodos ou por ligações que mantinham com o fascismo (por ex., Casal Ribeiro na Cidla). Na TAP os trabalhadores conseguem a demissão dos administradores. Uma pastoral do Episcopado ora para que «sejam postos de parte ódios, vinganças e luta de classes».

PRIMEIRAS GREVES APÓS O 25 DE ABRIL

A primeira notícia sobre uma greve data de 8 de Maio. António Champalimaud dirige-se à Siderurgia Nacional a fim de convencer os trabalhadores a não começarem uma greve marcada para o dia 13. Entretanto a Junta decide a homologação de todos os contratos colectivos pendentes. Na Timex (relógios, Costa da Caparica), a 9 de Maio, a administração não quer receber uma comissão de trabalhadores. Os operários exigem o afastamento de 6 chefes da dita fábrica. No mesmo dia, no complexo turístico de Tróia, 4.000 trabalhadores da construção civil entram em greve. Reivindicações principais: aumento de salários, fim das horas extraordinárias e 40 horas semanais em cinco dias (chegavam a trabalhar 11 horas por dia). O país começava a dar-se conta da situação dos trabalhadores. Num comunicado distribuído a 11 de Maio, os empregados do Banco de Fomento afirmam que, caso as suas reivindicações não sejam aceites, suspendem a sua actividade com ocupação dos locais de trabalho. Exigem ainda a imediata destituição de dois membros da administração, o que veio a acontecer.

A 11 de Maio o «Expresso» noticia uma reunião de Spínola com os principais empresários (9 de Maio). Lê-se: «... foi feito um apelo à capacidade empresarial dos presentes no sentido de se adaptarem à nova conjuntura, que vai originar em alguns casos uma reconversão total de métodos com especial ênfase para o capítulo de gestão do pessoal que mais do que nunca irá ter um papel fundamental. Terão que se preparar para o aparecimento de sindicatos livres, como verdadeiros órgãos de defesa do interesse do trabalhador». Nesta reunião os empresários são informados da entrada no governo provisório de membros do PC (trabalho) e do PS (negócios estrangeiros). Num comunicado da Junta, esta esclarece que ainda não reconheceu a Intersindical, mas que «toda a reestruturação do trabalho e a consequente representatividade do trabalhador e suas formas de associação serão oportunamente definidas e legitimadas, alicerçando-se no uso pleno da liberdade à luz dos meios internacionais competente nestas matérias».

A 11 de Maio, numa assembleia em Lisboa, 6.000 ferroviários sancionaram uma moção aprovada pelo sindicato na qual se propunha um conselho de administração composto por sete representantes dos trabalhadores e cinco dos quadros técnicos; foi chamada a atenção para o facto de que os fascistas continuavam no país e na empresa, e o seu afastamento teria de ser obra dos ferroviários.

No dia 13, às 13 horas 10.000 operários da indústria de lanifícios entram em greve. Causa: recusa do patronato em conceder os aumentos salariais pedidos .8 horas antes os 1.400 operários das Minas da Panasqueira, entre os quais 400 caboverdeanos, entravam em greve. 6.000 escudos e 130^h eram as suas reivindicações máximas. Os mineiros não só tinham de enfrentar condições de trabalho duríssimas, mas também os requintes da exploração capitalista: produtos de primeira necessidade eram vendidos nos armazéns da companhia a preços superiores aos praticados pelos comerciantes. Algumas administrações recusam-se ao diálogo, como por exemplo na Sandoz, outras apresentam contrapropostas. Na Bayer os trabalhadores pedem um salário mínimo de 8.000 escudos para os homens e de 6.000 escudos para as mulheres, o que revela ainda a influência da ideologia burguesa no seio da classe operária. Os trabalhadores da Sociedade Estoril decidem não cobrar bilhetes nem aceitar a expe-

dição de mercadorias, caso não seja expulso um dos administradores acusado de manter um clima de terror sobre os trabalhadores.

A 16 de Maio toma posse o governo provisório. Na Refinaria da Sacor (boa Nova-Porto) operários que procediam a obras de ampliação por conta duma companhia alemã entram em greve. Esta empresa, além de outros processos baixos, pagava o dobro ou o triplo a operários alemães com a mesma especialidade e tinha uma espécie de «pide privado» cuja expulsão era exigida. Na siderurgia começam a ser readmitidos.

ENTRAM EM CENA OS REFORMISTAS

Numa entrevista dada ao «Diário de Lisboa» (17 de Maio) o teórico da social-democracia, propagandista das «eleições» caetanistas Sottomayor Cardia fala da democracia em abstracto e da via eleitoralista para chegar ao socialismo, afirmando às tantas: «É na luta pela sua emancipação que os trabalhadores conquistarão o poder, conquista sem a qual não há socialismo; mas essa luta de classe travar-se-á no respeito da legalidade democrática».

Nas Minas da Panasqueira, após conversações entre a CDE da Covilhã e a administração da companhia, os mineiros deixam sair 400 toneladas de minério para exportação mas não alteram as suas reivindicações. Num comunicado à imprensa, a administração da Lisnave considera que a paralização e cerco da empresa por parte dos trabalhadores são factos graves e contrários ao espírito e programa do «movimento das forças armadas»; apela para o civismo e dedicação dos trabalhadores pois sabe que esses processos são produto de uma minoria activista que «sacrifica as conquistas possíveis para os trabalhadores à desorganização económica do País e à desarticulação das estruturas democrá-



ticas que o povo português está empenhado em construir». Dir-se-ia que a administração da Lisnave se transformou, de repente, num baluarte da democracia! Na Timex a greve continuava, tendo sido finalmente conseguido o afastamento dos 6 chefes em questão, cujos métodos autoritários os trabalhadores tinham revelado; contudo, podem reocupar os seus lugares se forem ilibados de culpa por um inquérito do Ministério do Trabalho... O trabalho é retomado mas, caso outras reivindicações não fossem satisfeitas, a greve recomençaria. Algumas das reivindicações feitas na Timex (fim do trabalho extraordinário, fim dos prémios, cessar dos despedimentos e readmissão, a trabalho igual salário igual, por exemplo) reflectem correctas posições de classe no combate a certas artimanhas empregues pelo patronato de modo a dividir os trabalhadores. Nas Minas da Panasqueira os mineiros, após as últimas propostas patronais decidem continuar a greve; a comissão de mineiros que tratava das negociações demite-se. É neste momento que as «soluções» da CDE da Covilhã não conseguem convencer os trabalhadores. O «Expresso» de 18 de Maio dá conta da inquietude do governo provisório perante as greves.

O GOVERNO PASSA AO ATAQUE

Numa entrevista ao «Diário de Lisboa», membros da Intersindical falam das boas relações que esta mantém com alguns partidos e organizações políticas, e da sua independência perante estes, apesar da coincidência de objectivos, e da crítica e vigilância que farão aos ministros representantes desses partidos no governo provisório; afirmam que a reivindicação de 6.000 escudos como salário mínimo é incompatível para todos os sectores da economia nacional e que foi impulsionada pelo esquerdismo e pelo oportunismo.

Por esta altura iam começar a surgir as afirmações indefinidas, vagas, as etiquetas, a torto e a direito, de esquerdismo e de aventureirismo sem mais precisões. Começam a tonar-se mais nítidas as novas linhas de orientação no equacionar dos problemas económicos dentro dos limites que a burguesia liberal e os seus elementos mais socializantes estabelecem note-se que Vieira de Almeida, ministro da Coordenação Económica, é um dos cérebros do grupo Bullosa, e as concepções tecnocráticas da SEDES têm larga audiência no governo provisório.

continua na p. 7

às 0.30 horas, ao som da canção «Grândola», os soldados saem das casernas e saltam para cima dos tanques, os marinheiros para dentro dos barcos e a terceira arma levanta voo. Enquanto o povo português dormia profundamente, o «movimento das forças armadas» neutralizava as forças fiéis ao regime caetanista que caía. De manhã, ao levantar-se, o povo encontrou as ruas ocupadas pelo exército. Os que tivessem escutado no rádio o comunicado do «movimento das forças armadas» já sabiam que o exército estava lá para «conquistar e salvar» as «liberdades».

O golpe de Estado de 25 de Abril, produto dum perfeito esquema militar encomendado pela burguesia portuguesa, vem satisfazer os sectores da alta finança com os olhos postos na integração da economia portuguesa na Europa, embora não perca de vista a continuação da pilhagem das colónias levada a cabo por um hipotético neocolonialismo. O golpe de Estado de 25 de Abril foi uma tábua de salvação para uma importante parte da burguesia portuguesa e vem abrir um novo capítulo na história da luta de classes em Portugal.

Devemos salientar alguns aspectos das jornadas que acompanharam a queda do regime caetanista. O aspecto mais importante reside no facto das massas trabalhadoras terem descido à rua, atacando os bastiões mais ligados ao regime fascista. Na realidade, foram as massas que atacaram a sede de PIDE-DGS, da Legião, dos jornais fascistas, etc... Foram as massas que transbordaram nas ruas e que constituíram uma grande força de pressão, que o «movimento das forças armadas» procurou, contudo, utilizar em seu proveito. Fizeram-se gigantescas manifestações em todo o país em sinal de ódio ao regime fascista que havia oprimido durante quase cinco décadas o povo português. Foram as massas trabalhadoras que ultrapassaram a legalidade burguesa dos reformistas da CDE e quejandos, quer forçando a Junta a abrir as portas das prisões de Caxias e de Peniche, quer obrigando a burguesia a fazer diversas concessões que não estavam previstas no plano militar de Spínola.

A queda do regime fascista foi como uma porta que se abriu e da qual saíram milhões de trabalhadores erguendo a sua voz contra a opressão da burguesia. Mas, como disse o grande dirigente operário V.I. Lênine, «a luta espontânea do proletariado não se transformará numa verdadeira «luta de classe» do proletariado enquanto não for dirigida por uma forte organização dos revolucionários». Essa «forte organização dos revolucionários», devido à sua ainda fraca capacidade mobilizadora, não pôde mostrar que a luta do proletariado não pode visar o simples derrubamento do regime caetanista, sob o risco de ficar a meio caminho.

Após o golpe de Estado de 25 de Abril, o movimento operário avançou sensivelmente, nomeadamente no terreno da conquista de certas liberdades que o regime burguês teve de conceder. O caminho que ainda

VAMOS PODER VOLTAR ?

falta percorrer, o caminho da verdadeira Liberdade, só pode ser dirigido por essa «forte organização de revolucionários» que saberá conduzir o movimento operário no caminho da Revolução Democrático-Popular.

OS REFORMISTAS IMPEDEM O ALARGAMENTO DAS LUTAS OPERÁRIAS

Ao substituir o regime fascista de Caetano pelo regime «democrático» de Spínola, a burguesia tinha consciência do gigantesco movimento de massas que se veio a manifestar. Receando as proporções que esse movimento poderia tomar e necessitando, ao mesmo tempo, que essa movimentação de massas constituísse uma força de apoio às suas manobras de afastamento dos responsáveis pela política colonial-fascista, a burguesia não hesitou em chamar Álvaro Cunhal e Mário Soares, a fim destes usarem da sua influência sobre as massas trabalhadoras.

A que serve a confiança que a burguesia deposita nos reformistas? A burguesia deposita confiança nos reformistas portugueses porque estes já deram provas suficientes de serem excelentes arautos do Capital e ótimos conciliadores da luta que travam as duas classes em presença — a burguesia e o proletariado. Desde 1956 que os reformistas vêm travando e traíndo os movimentos de massas. Em 1962, quando as massas desciam à rua e enfrentavam corajosamente as forças da repressão, os reformistas colocaram-se na retaguarda do movimento e fizeram orelhas surdas aos gritos dos operários que exigiam armas. Em todas as «eleições» fascistas, os reformistas alimentaram nas massas as ilusões do parlamentarismo burguês, incitando-as a votar nos candidatos da «oposição» burguesa. Apregoando a «teoria» da «passagem pacífica ao socialismo» e do «levantamento nacional» onde teriam lugar «todos os portugueses honrados», os reformistas tentaram sistematicamente diminuir a chama da luta de classes; eles puseram a classe operária na dependência dos doutores liberais, fecharam as suas lutas nos limites da legalidade «eleitoral» e sindical ou desviaram-nas para a simples luta antifascista. Para isso eles inventaram a etapa da «revolução democrática e nacional» que na prática representa a mobilização das massas trabalhadoras ao serviço da burguesia nacional.

Os reformistas mostraram-se ainda inimigos jurados dos verdadeiros interesses dos povos das colónias. Em Setembro de 1961, o jornal «Avante!», órgão do partido reformista de Cunhal, subscrevia um comunicado conjunto com grupos burgueses da «oposição», condenando o «terrorismo das organizações africanas». Já em Maio de 1961, a Direcção Regional da Beira Litoral do partido reformista de Cunhal edita um manifesto onde

se lê esta consigna que revela bem a sua dependência da burguesia: «Trabalhadores, mostremos aos nossos patrões que só a independência de Angola serve os seus interesses (!), e onde se explica aos capitalistas que, uma vez «independente», Angola «se tornará de facto um mercado para os nossos artigos» (!). Os reformistas portugueses, alimentando o mesmo paternalismo, após treze anos de luta de libertação nacional, ainda têm o descaramento de continuar a falar em «autonomia» e «independência» negociada. Não é por acaso que a burguesia envia Mário Soares negociar a «independência» da Guiné (Bissau). Este representante da burguesia liberal cuja consigna foi sempre «não à guerra, não ao abandono», deu provas da sua obediência aos colonialistas durante as conversações realizadas em Londres com o PAIGC.

Logo após o golpe de Estado de 25 de Abril, os reformistas passaram imediatamente à legalidade e deram vivas à Junta de Salvação Nacional. O Secretariado do Comité Central do partido dito comunista de Cunhal e o Conselho Directivo do partido «socialista» de Soares fizeram sair cada um o seu comunicado, respectivamente a 26 e a 28 de Abril, onde expressam a sua vontade em participar na «reconstrução do país», ou seja, no aperfeiçoamento do sistema de exploração capitalista. Como prova de reconhecimento, a burguesia reservou-lhes duas cadeiras no governo, uma para Cunhal e outra para Soares.

Com a substituição do regime caetanista pelo regime spinolista, a burguesia tem de enfrentar as greves que estalam em todo o país. A movimentação de massas paralizou diversos sectores importantes da economia nacional (indústria, transportes, minas, etc...) em torno de reivindicações económicas, chegando mesmo a pôr em causa as administrações de algumas empresas. Face a esta vaga de greves a burguesia recorre de novo aos reformistas que, devido à sua influência sobre as massas trabalhadoras, têm como missão especial travar o movimento reivindicativo. Servindo-se do controle que detêm sobre os sindicatos, os reformistas apelam os trabalhadores para que estes cessem as greves e recomecem pacificamente o trabalho, sem que o patronato satisfaça as suas justas reivindicações e impedindo que a classe operária se organize para pôr em cheque o domínio do Capital. Ultimamente, eles vão ao ponto de utilizar as mesmas falsificações e injúrias da burguesia, deformando a natureza do movimento reivindicativo das massas trabalhadoras, ao afirmarem que o actual movimento grevista é em grande parte promovido no quadro duma «acção de sabotagem económica» inspirada pelo patronato e por elementos «aventureiros» (leia-se revolucionários).

Nas poucas semanas de existência do governo spinolista,

os reformistas têm mostrado melhor a sua verdadeira face de lacaios da burguesia puxando para trás quando podem o movimento popular de massas consoante o desejo da Junta. Durante um comício realizado a 24 de Maio, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, os reformistas deram mais uma vez provas da sua colaboração de classe com a burguesia, da sua traição e desprezo pelas aspirações do povo português. Ao usar da palavra, o reformista Esmeraldo Costa, membro da direcção da Organização Regional de Lisboa do partido reformista de Cunhal, não pôde esconder o seu receio diante das lutas populares. Referindo-se ao movimento reivindicativo das massas trabalhadoras, ele afirmou que essa luta «serve a reacção e os monopólios». Esse rafeiro vai ao ponto de pôr as seguintes questões: «A quem serviria uma onda generalizada de greves neste momento? Quem está interessado, neste momento, na divisão, na desorientação, na confusão e no caos?». Se acreditássemos em bruxas, diríamos que era a voz de Salazar que irrompia do túmulo. É que a voz deste e a do partido de Esmeraldo da Costa, falam hoje a mesma linguagem chocarreira da burguesia. Uns e outros se opõem a que as classes trabalhadoras se mobilizem contra a miséria e a fome a que as reduz a exploração capitalista. Uns e outros temem que a classe operária se una à volta dos seus interesses próprios, tome consciência da sua força e se lance contra a opressão da burguesia que a suga. A «confusão» e a «anarquia» não são senão o espantinho que eles erguem para impedir a ameaça que pesa sobre as suas cabeças, a ameaça que para eles representa a acção das massas populares contra os seus exploradores.

Salazar agitava também o espectro do comunismo. Mas os reformistas vão ainda mais longe.

Raul Rego, antes director do jornal «República», companheiro de armas de Mário Soares, e, actualmente ministro das comunicações sociais, falando à rádio e à televisão, disse: «Seremos nós obrigados a instaurar uma censura militar para restabelecer a ordem?». A ordem salazarista, quer o sr. ministro insinuar. E essa «ordem» não será somente restabelecida no domínio da censura. Se o sr. ministro ouviu o reformista Esmeraldo da Costa, se lê a imprensa reformista, então compreenderá que a «desordem», a «divisão», a «confusão» e o «caos» reinam também nas fábricas. Por conseguinte, os srs. ministros Raul Rego, Álvaro Cunhal e Mário Soares devem expressar na reunião do conselho de ministros o que lhes vai na cabeça, ou seja, o desencadeamento da repressão sobre os «esquerdistas», sobre os grevistas, enfim, sobre o povo português. Digam-se, para culminar esta série de intervenções dos chefes reformistas, que um tal Jaime Gama, «socialista» que descobriu um tacho de responsável na Emissora Nacional, afirmou recentemente que era «pela censura aos fascistas e aos marxistas-leninistas».

A LUTA DO POVO PORTUGUÊS CONTINUARÁ

O golpe de Estado de 25 de Abril foi efectuado em puro benefício da burguesia portuguesa. As liberdades que a Junta se viu na obrigação de conceder estão muito longe de constituir a meta da luta do povo português. Na verdade, as aspirações dos operários e camponeses, das mulheres e da juventude de Portugal, continuam por satisfazer e restam inscritas na bandeira da vanguarda do proletariado português. A conquista da Liberdade, da Paz, do Pão, da Terra e da Independência, só poderá ser alcançada quando as massas trabalhadoras portuguesas reunirem forças para quebrar as correntes da exploração capitalista e demolir o aparelho de Estado burguês, não através de golpes de Estado chefiados por forças da burguesia, mas após a revolução democrático-popular.

As forças políticas que detêm actualmente o poder, desde a Junta aos reformistas, já mostraram claramente que ambicionam servir-se em proveito próprio das aspirações populares e que se opõem às massas trabalhadoras quando estas reivindicam justiça ou poder. É que ao povo trabalhador não convém a substituição duns fascistas mais declarados por outros inimigos do povo mais escondidos. Uns e outros querem governar em nome do povo para lhe arrancar o fruto do seu trabalho, em proveito da classe burguesa.

Contra isto as massas trabalhadoras só têm um caminho: a luta e a organização. Após o 25 de Abril, a classe operária e outros trabalhadores desencadearam já uma série de importantes lutas, isolaram muitos inimigos e alargaram as suas organizações. Tudo leva a crer que, no futuro, tirando partido da divisão das forças inimigas, os trabalhadores portugueses, baseados na sua rica experiência, levem mais longe as suas reivindicações, as fundam com o movimento do socialismo científico e se preparem para a conquista do poder político. Com base nos objectivos revolucionários da classe operária, há condições para se criar uma ampla unidade popular de largas camadas de trabalhadores contra o aparelho de dominação da burguesia herdado do fascismo.

O povo português saberá conquistar as suas aspirações fundamentais, à Liberdade, ao Pão, à Paz, à Terra e à Independência, saberá construir um Portugal donde não precisemos de emigrar nem de desertar, enfim, saberá emancipar o homem e o trabalho ao «transformar os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravidão e de exploração do trabalho, em simples instrumentos de um trabalho livre».

* Segundo consta, esse livro foi redigido com a colaboração de economistas reformistas.

CARTA DE PORTUGAL

um antigo colaborador escreve a "o salto"

É dia 24 de Maio de 1974. Escrevo-lhes de Lisboa. Cheguei aqui ao fim da tarde do dia 30 de Abril. Tinha saído há pouco mais de um ano do país. Nessa altura, em Portugal, existia o fascismo. E agora? Será que vim encontrar um Portugal onde os trabalhadores não são explorados e oprimidos, onde são livres?

Há vários factos que podiam levar a pensar que assim é. A queda do governo antipopular de Caetano, a dissolução da Pide e da Legião, a libertação dos presos políticos, o fim da censura, a autorização de legalização de partidos políticos, a promessa de eleições livres, a amnistia para os exilados políticos, etc., sugere, aos olhos de muitos, que os trabalhadores conquistaram efectivamente a liberdade.

Esta ideia é reforçada por todo um clima de grande debate político. Nas fábricas e nos campos, em todos os locais de trabalho, nas escolas, mesmo nos pequenos cafés e restaurantes, nas esquinas das ruas, por todo o lado encontramos trabalhadores e jovens a conversar em pequenos grupos sobre a actual situação política. No cinema aplaude-se o filme revolucionário «Couraçado Potemkine». Ouvem-se constantemente os acordos de canções antifascistas. É frequente ouvir uma discussão política entre dois indivíduos num autocarro ou eléctrico.

Que diferença! Não há dúvida, muita coisa mudou! Mas o problema essencial da nossa sociedade, isto é, a contradição que opõe a grande maioria da população, o povo trabalhador, que continua a ser explorado e oprimido, a uma pequena minoria, a burguesia exploradora, não está nem vai ser resolvido pelo actual governo.

As liberdades fundamentais agora conquistadas pelos trabalhadores, em especial a liberdade de associação e de reunião, de organização sindical, a abolição da

censura prévia, são conquistas que devem ser defendidas com firmeza, que devem ser aproveitadas ao máximo. Devem ser defendidas porque são novas armas que os trabalhadores podem utilizar na sua luta contra a exploração capitalista.

Essas liberdades foram obtidas não pela boa vontade de uns tanto «senhores democratas», mas sim em consequência da crise da burguesia portuguesa que é atacada por todos os lados, em África, pelos povos das colónias, e em Portugal, pelo povo português. Pois que utilizemos para dar novo impulso à luta popular.

Mas é importante ter presente que essas liberdades, em si mesmas, não alteram a situação de explorado do trabalhador face ao patrão. Os emigrantes sabem muito bem que a exploração do homem pelo homem existe nos países de democracia burguesa para onde emigraram, países onde há as tais «liberdades fundamentais».

Em França, por exemplo, não é por haver sindicatos que os trabalhadores deixam de ser explorados nas fábricas ou nas obras. É a custa do trabalho realizado pelos trabalhadores e imigrantes (portugueses, espanhóis, argelinos, tunisinos, jugoslavos, etc.) que os capitalistas franceses enriquecem.

As liberdades agora conquistadas pelos trabalhadores em Portugal não resolvem a questão de fundo. Esta é a verdade.

Não é o que diz a propaganda governamental. Essa tem procurado incutir nos trabalhadores falsas ideias sobre o carácter do novo regime.

Camaradas: é preciso varrer todas as ilusões!

É importante ver e mostrar que Spínola não vai fazer a Paz nas colónias. Como já vimos durante este último mês, a guerra colonial vai continuar.

É importante ver e mostrar que Spínola não vai fazer com que os operários tenham Pão. Como já vimos, a exploração nas fábricas vai continuar.

É importante ver e mostrar que Spínola não vai fazer com que os camponeses tenham Terra para trabalhar. Como já vimos, os campos vão continuar na posse dos grandes proprietários.

É importante ver e mostrar que Spínola não vai fazer com que Portugal ganhe a Independência do imperialismo. Como já vimos, os imperialistas americanos e europeus vão continuar a rapina das riquezas nacionais. E a liberdade? Spínola também não vai fazer com que os trabalhadores portugueses sejam livres. A «liberdade» numa democracia burguesa, é ainda uma forma de opressão da burguesia. Numa democracia burguesa há liberdade para os donos das fábricas continuarem a explorar os operários e os grandes latifundiários continuarem senhores das terras, para os capitalistas continuarem a gozar dos lucros dos bancos. Para os trabalhadores só há a liberdade de continuarem a ser ex-

FORÇAS ARMADAS

continuação da p. 10

Desde as primeiras horas do 25 de Abril que os reformistas de todas as tintas aplaudem as forças armadas e os seus garbosos capitães e oficiais, celebrando com ruído a «aliança do movimento democrático com o Movimento das Forças Armadas». Por vezes estes traidores aos interesses superiores da classe operária vão ao ponto de falar na «aliança do movimento democrático popular com o Movimento das Forças Armadas».

Desde as primeiras horas do 25 de Abril que os reformistas de todas as tintas aplaudem as forças armadas e os seus garbosos capitães e oficiais, celebrando com ruído a «aliança do movimento democrático com o Movimento das Forças Armadas». Por vezes estes traidores aos interesses superiores da classe operária vão ao ponto de falar na «aliança do movimento democrático popular com o Movimento das Forças Armadas».

Porque mentem Soares, Cunhal e Cia. sobre o verdadeiro papel das forças armadas numa sociedade capitalista; porque dizem eles ser o programa do Movimento das Forças Armadas a garantia «à formação de um Governo verdadeiramente representativo da vontade popular»; porque dizem eles que «o programa do MFA fornece uma base para a solução política do problema colonial» enquanto essas mesmas forças armadas continuam a massacrar os povos irmãos das colónias? ¹ Porque, no fundo, eles se identificam com os interesses de classe que as forças armadas defendem, porque eles apoiam directamente a continuação da exploração capitalista e estão de acordo em apoiar a rapina colonial sob novas formas. Em suma, porque eles dizem querer «democratizar» o país, o que deve ser entendido como reformas (dar novas formas) à ditadura da burguesia para preservar melhor a sua odiosa essência — a exploração do Homem pelo Homem.

A classe operária e o povo, que conhecem bem por dentro as forças armadas da burguesia portuguesa, que conhecem bem a personalidade dos oficiais que humilham e maltratam os soldados e marinheiros, que sabem bem que esta oficialidade parasitária mantém privilégios só possíveis numa sociedade capitalista, não se deixarão enganar pelas balelas dos Soares e Cunhais e não depositarão um grama de confiança nas forças armadas da burguesia. A classe operária e o povo acabarão mais tarde ou mais cedo por compreender que, para instaurar o poder dos trabalhadores e estabelecer definitivamente um regime de democracia popular, terão de edificar as suas próprias forças armadas que derrotem as forças armadas da burguesia. A classe operária e o povo acabarão por compreender que só verdadeiramente armado o povo jamais será esmagado.



Manifestação «UNIDADE POPULAR» no 1.º de Maio, em Lisboa

Falando perante o povo do Porto, Spínola, entre as referências à democracia, à liberdade, apela para a união entre as forças armadas e o Povo contra a «desordem, o desemprego e o anarquismo». Mais ou menos a partir desta altura, assiste-se a uma avalanche de declarações feitas por partidos representados no governo provisório ou por membros deste, sendo escassíssimas as referências concretas às manobras de grupos e pessoas simpatizantes ou ligadas ao anterior regime. Misturaram-se estas referências com outras, muito vagas, à actuação de sectores ditos aventureiristas, oportunistas, etc.

As forças da burguesia pretendiam desviar deste modo as massas trabalhadoras dos objectivos políticos que, se eles, podem dar solução aos seus interesses. O clima assim gerado é mais propício às soluções que a burguesia liberal e o capitalismo monopolista na sua nova estratégia pretendem fornecer ao país neste momento. Ao mesmo tempo que permite a profusão de correntes políticas pequeno-burguesas com o objectivo de neutralizar a iniciativa das massas populares. O governo provisório e as organizações políticas que giram à sua volta e o apoiam, quando levantam o problema das contradições sociais existentes na nossa sociedade não é para o resolver em termos justos.

Frente ao movimento grevista, coube ao PCP um papel preponderante no desvio dos seus fins. O PCP, num comunicado de 29/5/74, afirma que a greve da Carris foi «incentivada por elementos responsáveis da administração» e a dos padeiros «fomentada por industriais da planificação e por reconhecidos agentes fascistas anteriormente alojados no sindicato da classe». Conclui ainda ser isto, também, obra de «elementos reacçãoários» ajudados, consciente ou inconscientemente, por «grupos de aventureiros ditos de esquerda». Em sucessivas declarações dos seus principais dirigentes, os reformistas do PCP têm afirmado igualmente a sua oposição à greve, a melhor arma dos trabalhadores. Eles têm ainda recorrido a calúnias de várias ordens como as expressas mais acima. É um facto que a classe operária não dispõe, hoje, de organizações verdadeiramente revolucionárias que possam guiar as lutas e apontar, passo a passo, a actividade conciliadora dos reformistas. Nestas condições, o espontaneísmo das lutas reivindicativas é aproveitado, muitas vezes, por correntes seguidistas e oportunistas que tudo fazem para limitar a amplitude das conquistas operárias e por impedir a ligação das reivindicações económicas à luta política. Persistindo na defesa dos seus interesses de classe, as massas trabalhadoras descobrirão os seus inimigos, não se encontrar a orientação correcta a dar-lhe e acabar por impôr aos seus exploradores a vontade popular.

¹ As frases entre aspas são retiradas exclusivamente do Editorial do nº 2 de 26 de Maio do «Avante», órgão do falso Partido Comunista Português de Cunhal.

ELEIÇÕES EM FRANÇA

continuação da p. 1

monopolista e capitalista que caracteriza a V República francesa. As falsas promessas eleitorais de Giscard depressa mostrarão o seu carácter demagógico e a sua incapacidade total em solucionar um só que seja os problemas da classe operária e dos trabalhadores franceses.

No tocante aos trabalhadores imigrados é de prever o reforço dos circulares e medidas repressivas restauradas sob a presidência de Pompidou, pois que a situação económica da França tende a agravar-se. Só o reforço das organizações específicas dos trabalhadores imigrados e a sua integração nas lutas da classe operária multinacional de França permitirão aos trabalhadores imigrados enfrentar com sucesso as ofensivas do patronato e do seu Estado.

Os trabalhadores imigrados devem, mais do que nunca, lutar pela obtenção de um estatuto igual ao dos trabalhadores franceses.

VAGA DE GREVES...

continuação da p. 5

Nas Minas de Panasqueira: fim da greve e reivindicações parcialmente satisfeitas. Regresso ao trabalho na Sociedade Estoril e na Firestone onde os trabalhadores nada obtiveram. Na Lisnave e na Setenave trabalha-se duas horas por dia. Os trabalhadores dos lanifícios chamam a atenção do País para uma «situação de miséria» e para «uma luta pela sobrevivência». Será isto esquerdismo? O movimento grevista alastra-se à Renault, onde é denunciado o imperialismo económico francês. Destacamos uma declaração feita a «Capital» (22 de Maio) por um trabalhador da Messa, em greve há alguns dias: «Não abdicamos de forma alguma do salário igual entre homem e mulher, uma vez que desempenham ambos o mesmo trabalho. Consideramos que a mulher é duplamente escrava tanto da sociedade como do próprio homem... Não estamos na disposição de consentir aqui casos como os que se passaram noutras empresas em que as reivindicações de salário mínimo de 6.000 escudos foram aceites para os homens mas não para as mulheres». Na Messa começa a editar-se um jornal. A 23 de Maio greve na Soponata.

Na metalurgia os trabalhadores não aprovaram a aceitação por parte da direcção da Federação dos Sindicatos dum salário mínimo de 4.500 escudos contra a reivindicação de 6.000 escudos. Nalgumas empresas as reivindicações são satisfeitas.

A 27 de Maio greve dos trabalhadores da Carris que pediam um salário mínimo de 5.750 escudos e 44 horas semanais, tal como no Metropolitano. No dia seguinte, também em Lisboa, greves dos trabalhadores da indústria de panificação. A decisão fora tomada numa reunião de trabalhadores, contra a vontade da direcção do sindicato. O governo provisório congela os preços ao nível de 24 de Abril.

Os trabalhadores da panificação, que estavam a auferir ordenados alguns de 2.200 escudos, reivindicavam um salário mínimo de 6.000 escudos e modificações substanciais no tempo e modalidade de trabalho.

Após o regresso ao trabalho nas padarias, de declarações e notícias várias, soube-se que: a direcção do sindicato se opunha à greve; esta fora decidida por maioria dos trabalhadores; a direcção do sindicato afirma que ela foi apoiada pelos patrões; O Grémio desmentiu tal acusação; o governo provisório indicou algumas pessoas como tendo intimidado trabalhadores e industriais e que alguns gerentes não permitiram o trabalho; a comissão de greve aconselhou o regresso ao trabalho; o Grémio recusou toda e qualquer negociação, excepto se o governo provisório autorizasse um aumento do preço do pão.

Editorial...

passo em frente que a actual situação política nos impõe.»

É de fazer notar aos nossos leitores que as associações acima caluniadas estiveram na base da constituição do movimento associativo impulsionado pelo nosso jornal e encontraram-se sempre na vanguarda da luta contra a influência do fascismo no seio dos trabalhadores portugueses emigrados.

De notar ainda que a maioria dos colaboradores, propagandistas e difusores do nosso jornal se encontravam e encontram no seio destas associações.

Quem são, afinal, os traidores?!

A provar ainda o carácter cisionista do « número especial » está o facto de ele ter saído com outro director de publicação, sem que Bernard Weber, que há dois anos para cá tem vindo a ser o responsável da publicação d'O Salto, tenha sido informado da saída de tal suplemento, ou sequer consultado sobre uma eventual mudança de direcção.

Queremos ainda salientar que a palavra de ordem lançada nesse « número especial »: « Abaixo a democracia spinolista », numa altura em que o povo vivia a alegria da queda do regime fascista, e não estava ainda em condições de compreender o significado político das forças que Spínola representa, é uma palavra de ordem esquerdista, desligada da realidade portuguesa. A hostilidade que provocou em grande número de trabalhadores, veio confirmar a ausência total de ligação desse grupelho aos trabalhadores portugueses emigrados.

Como vemos, o « número especial » de Abril não é um suplemento d'O Salto; ele é sim mais uma prova da actividade divisionista e sabotadora que há já um certo tempo se tem vindo a manifestar no seio d'O Salto, e à qual se tem vindo a opôr a maioria dos seus colaboradores.

Em 1970, foi criado o jornal O Salto, pelo Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris e pela equipa redactorial do jornal dos trabalhadores portugueses emigrados que então se chamava « Jornal do Emigrante ». Pouco tempo depois dá-se a fusão com o jornal dos trabalhadores portugueses da Holanda « Novo Rumo ». O jornal dotou-se nessa altura de um colectivo formado por vários colaboradores que passou a ser o órgão máximo de direcção d'O Salto. Por sua vez o colectivo nomeou um Comité Executivo que tinha como função aplicar as decisões do colectivo e assegurar o trabalho d'O Salto entre duas reuniões do colectivo.

De facto devido em parte às dificuldades em reunir o colectivo (formado por camaradas de diversos países), era na realidade o Comité Executivo que dirigia o trabalho do jornal. Esta situação irregular não levou, no entanto, ao aparecimento imediato de contradições devido à inexperiência da grande maioria dos colaboradores, assim como devido à inexistência quase total de luta ideológica no seio d'O Salto. Assim, existia uma grande unidade mais aparente do que real, consequência da falta de exposição e debate de ideias. Esta « paz ideológica » era raramente quebrada por um ou

outro colaborador.

Nem sequer sobre o Editorial do nº 12, que marca o corte com o populismo que caracterizava certos artigos do jornal foi levada à maioria dos colaboradores a discussão que originou esse processo, apesar de já nesse momento terem surgido críticas e contradições entre o CE e vários colaboradores.

Dizia esse Editorial: « Os nossos artigos dirigiam-se quase em exclusivo, à emigração de origem camponesa e aos jovens que não fizeram a tropa. Esquecíamos assim, a parte mais consciente do proletariado emigrado, sem a experiência do qual não seríamos capazes de organizar o nosso movimento. Os últimos números do jornal mantendo a orientação inicial de dirigir-se a todos os trabalhadores portugueses emigrados, na sua maioria ex-camponeses pobres, corrigiram já essa falha, tocando assim todas as camadas do proletariado emigrado ».

Este Editorial indicava claramente a quem se deviam dirigir os artigos d'O Salto.

A criação de grupos de apoio a O Salto, em particular do Grupo de Apoio de Paris e a preparação do Congresso da APIS (Associação Popular de Imprensa O Salto) que exigia um amplo debate ideológico, pois seria o Congresso constituído pelos diferentes Grupos de Apoio a traçar a orientação a seguir pelo jornal, veio revelar, através da exposição das diferentes posições, a verdadeira face dos indivíduos infiltrados n'O Salto e a orientação oportunista que pretendiam impôr-lhe. E veio revelar igualmente os métodos de trabalho desses elementos, que pretendem resolver as divergências de princípio e de tática às escondidas das massas, por meio de golpes baixos, intrigas, ataques pessoais e injúrias.

No contexto da preparação do Congresso, foi enviado em Dezembro de 1973 ao Comité Executivo, um relatório do Grupo de Apoio de Paris insistindo para que O Salto se mantivesse na orientação traçada pelo Editorial do nº 12. Dizia esse relatório: « parece-nos que, para que O Salto possa atingir o fim a que se propôs desde o primeiro número, que é o de organizar as massas emigradas, os seus artigos devem-se dirigir às varias camadas da emigração (...) pois só assim o jornal poderá servir a maioria dos trabalhadores portugueses emigrados ».

Neste sentido era criticada « a existência em cada número de demasiados artigos de análise, vistos sob todos os seus aspectos e, por consequência, demasiados longos » e considerava-se que O Salto tem que « saber aliar um elevado nível político, com um estilo vivo, com artigos simples e ricos, artigos de agitação que traduzam a experiência das massas, a sintetizem e as eduquem », reconhecendo, no entanto, que os últimos números denotavam uma melhoria.

Ainda nessa ordem de ideias, o relatório defendia que O Salto devia trazer em todos os números a rubrica « Um Trabalhador Prevenido Vale Por Dois »: « esta rubrica deve informar os trabalhadores dos seus direitos sociais, dando-lhe um carácter de classe que eduque o trabalhador na

perspectiva da resolução colectiva dos seus problemas e lute contra o individualismo ». E considerava-se que esse carácter de classe seria dado por um relato mais frequente das lutas travadas pelos trabalhadores emigrados pelos seus direitos, mostrando que só unindo-se na luta à classe operária de França e desmascarando as forças reformistas que pretendiam travá-la, os trabalhadores portugueses poderiam ter os mesmos direitos que os outros.

Considerava-se ainda insuficiente a informação sobre as lutas operárias e populares em França que se definia no relatório como um dever internacionalista do jornal O Salto para com os nossos irmãos de classe.

Era este o conteúdo das principais críticas feitas a O Salto pelo Grupo de Apoio de Paris.

Como reagiu o CE a estas críticas? Durante três meses nem uma palavra. Ao fim de três meses, o CE, entretanto reduzido a um único elemento, leba a cabo, apoiando-se em dois indivíduos da redacção, uma verdadeira campanha de calúnias e de provocações com o fim de dividir primeiro e liquidar depois, o Grupo de Apoio de Paris. Começa por atacar o GAP de « actos de indisciplina e anti-unitários » e exigir autocriticas. Como visse que a maioria do GAP não ia nas suas manobras, lançou-se num ataque histórico ao relatório, procurando simultaneamente fazer crer que este não seria da responsabilidade colectiva mas apenas do responsável do GAP, que andaria a fazer um trabalho de sapa contra a orientação do jornal.

Como visse ainda que o GAP mantinha a sua unidade contra todas estas manobras, esse elemento do CE, depois de se ter desmascarado completamente na reunião da Comissão Directora do MTPE de Chatenay Malabry,

onde exerceu as mais graves provocações contra as associações de trabalhadores e contra elementos do GAP, comparando-os a provocadores fascistas e tentando agredi-los, esse elemento publica vários documentos onde « dissolve » o GAP, « expulsa » o seu responsável, « cria » grupos de apoio fantasmas — ali preparados para o apoiarem —, e expõe as suas concepções oportunistas sobre a orientação d'O Salto.

Temos a assinalar aos nossos leitores que a assinatura de O Salto que vem nesses documentos e noutros, não representa senão esse indivíduo e um ou outro da redacção, e de modo nenhum a maioria dos colaboradores do jornal. A assinatura de O Salto nesses documentos é mais uma usurpação do Título do jornal.

Num documento* dirigido ao Grupo de Apoio de Paris, esse indivíduo compara os seus elementos « aos contrarevolucionários trotskistas » pelas posições tomadas no seu relatório e defende uma linha de colaboração de classes com as burguesias dos países para onde emigramos, ao defender, por detrás duma pretensa argumentação política, que O Salto não deve insistir demasiado no relato das lutas operárias e populares em França, em particular.

Indo contra a linha d'O Salto, tal como tinha sido expressa no seu Editorial do nº 12 e que nunca foi desmentida, esse documento considera que « nesta altura a propaganda ainda continua a predominar sobre a agitação num jornal como o nosso que é mensal e dirigido prioritariamente às camadas mais avançadas dos trabalhadores portugueses emigrados ».

Ao aplicar esta linha, O Salto tornar-se-ia em breve numa revista teórica destinada à intelectualidade emigrada, abandonando a sua tarefa de

organização dos trabalhadores portugueses emigrados.

Não contentes com todas estas manobras, estes elementos não hesitaram, ainda, em roubar as máquinas com as quais O Salto era feito, os arquivos e listas de assinantes, ajuntando assim à sua actividade liquidacionista, a de vulgares vigaristas que, tal como os agentes do fascismo, se aproveitam do povo para lhe apanhar o dinheiro.

Face a todos estes acontecimentos de uma extrema gravidade para a vida d'O Salto, o Grupo de Apoio de Paris decidiu em reunião não reconhecer a autoridade do único elemento do CE, exigir a sua demissão e trabalhar para a realização duma reunião do Colectivo do jornal e dos diferentes Grupos de Apoio no sentido de dotar O Salto de estruturas verdadeiramente democráticas e de uma clara linha de defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses emigrados.

Entretanto, e porque não quizémos, sobretudo no momento actual, adiar a saída do jornal, decidimos redigir e publicar este numero. Este é, pois, da iniciativa de elementos do Grupo de Apoio de Paris, de colaboradores associativos e de antigos redactores d'O Salto. Ele foi financiado por trabalhadores colaboradores associativos que, correspondendo ao apelo lançado em Reunião Inter-Associações do MTPE e contrariamente às afirmações feitas pelo grupelho de pretendiamos sabotar O Salto, se prontificaram a emprestar ou a oferecer os fundos necessários à sua publicação.

Este numero d'O Salto é pois O Salto daqueles que lutam, que lutam e continuarão a lutar para que o nosso jornal seja o defensor dos interesses dos trabalhadores portugueses emigrados, um jornal ao seu serviço.

OS POVOS DAS COLÓNIAS...

combatentes da liberdade africanos veio pôr em cheque a teoria salazarista e caetanista (que Spínola também ambicionava seguir) sobre a unidade multiterritorial de Portugal. O governo provisório teve de reconhecer, entretanto, o direito à « auto-determinação » e a « independência » dos povos sob domínio colonial português e a ideia dos colonial-fascistas do Portugal indo do Minho a Timor desfez-se imediatamente como qualquer quimera. Isto são conquistas importantes do movimento de libertação nacional e dos povos oprimidos pelo imperialismo, e, em especial, dos heróicos guerrilheiros de Angola, Guiné e Moçambique.

Para ganhar confiança no plano internacional e procurar impedir o avanço das guerras de libertação, que se manifestavam insustentáveis para os colonial-fascistas, a Junta spinolista foi forçada a essas cedências. Mas elas não vão muito mais longe. A maneira como as negociações já entabuladas decorrem, bem como a continuação das operações militares nas frentes coloniais dão bem a entender que a burguesia portuguesa pretende continuar a garantir o máximo de controle sobre as colónias e que o actual governo provisório se presta inteiramente ao seu jogo. A renúncia ao desmentelamento do exército e da polícia coloniais, assim como a exigência de obrigar os desertores a re-

fractários — que se viram forçados a afastar-se do país para não colaborar com os colonialistas — a cumprir o serviço militar e a seguir para as colónias, são outras tantas posições da Junta que mostram claramente os seus objectivos neocolonialistas e viram costas a vontade das massas populares e de largos sectores de antifascistas.

Assim, do mesmo que a crise política do fascismo, acentuada pela valente luta dos combatentes da liberdade africanos, não pode desembocar numa autêntica revolução e intaurar-se a democracia popular; do mesmo modo a luta popular em Portugal, o nível de organização da classe operária não foi suficiente para impor a paz imediata nas colónias e o seu abandono, sem condições, pelos ocupantes colonial-fascistas. Não estavam amadurecidas as condições para se passar à aplicação destas medidas (as únicas que correspondem aos interesses profundos dos povos), quer em Portugal quer nos países africanos e nas restantes colónias.

Nas novas condições criadas, as massas trabalhadoras portuguesas e os povos africanos continuam a prestar-se mútuo apoio nas suas lutas. O colonialismo e o fascismo sofreram um rude golpe, graças à luta sem tréguas dos trabalhadores africanos e portugueses, ao longo de dezenas de anos. A brecha agora aberta nessas forças da reacção tem de ser vista como o

resultado do combate abnegado, longo e porfiado do movimento de libertação, dos antifascistas portugueses e do movimento operário internacional. Mas, para garantir estas conquistas, para cimentá-las numa base segura e caminhar para outras, é preciso que as massas exploradas prossigam, sem desfalecimento, a sua via própria, é preciso que, em terras de África e em Portugal, elas encabecem a luta pela tomada do poder político e não deixem a outras forças a ocasião de as representar. O golpe de 25 de Abril pode ser um grande logro se os trabalhadores portugueses e africanos descuidam a sua vigilância, se deixam influenciar pelos manobreadores reformistas e esquecem, por um momento que seja, os seus objectivos revolucionários, que devem desembocar numa transformação profunda da sociedade: a revolução de libertação nacional nas colónias e a revolução democrático-popular em Portugal.

1. O governo Spínola não extinguiu a Pide-DGS nas colónias. Apenas agora alguns desses criminosos foram presos, em Moçambique. Entretanto, muitos puderam escapar-se outros continuam à solta. Todavia, os jornais acabam de noticiar que, unicamente num ficheiro da Pide que não foi destruído, descobriu-se que, de 1966 para cá, foram mortos, pelo menos, 857 presos políticos nas cadeias da Pide em Moçambique. Por outro lado, as notícias de novos massacres efectuados pelos pides e pelo exército sucedem-se. Conhecedor de toda esta actividade criminosa ao serviço da exploração colonial, o governo spinolista continua a proteger como pode estes torcionários e os seus patrões fascistas. É claro que só a acção popular pode levar à eliminação dos agentes do colonial-fascismo.

OS POVOS DAS COLÓNIAS E A QUEDA DO FASCISMO

A queda do regime fascista de Caetano teve como causa principal a crise provocada pelas lutas de libertação dos povos coloniais. Nos últimos anos, a burguesia colonial-fascista achava-se cercada entre as frentes de combate dos guerrilheiros africanos e a luta popular em Portugal, perdendo, cada dia, novas posições.

Perante a crise económica do imperialismo ocidental, perante o isolamento diplomático e a inflação galopante, a degradação da situação nas colónias, especialmente em Moçambique e na Guiné, obrigou a burguesia portuguesa a uma mudança de política. Coube ao exército desempenhar esse papel de salvaguarda da exploração capitalista e dos interesses dos colonialistas. O papel que as guerras coloniais lhe atribuíram, após mais de 13 anos de campanha em terras africanas, tornaram os jovens oficiais o seu sector chave. A insatisfação e o mau estar destes oficiais, que tinha reflexos noutros sectores superiores, coincidiu naturalmente com a necessidade de renovar o aparelho de Estado e o golpe militar desenrolou-se sem verter pinga de sangue.

Como já se vinha prevendo, o

golpe de 25 de Abril, que veio dar uma solução de continuidade à crise do regime colonial-fascista, é ainda uma solução dentro do quadro da exploração burguesa, e, por consequência, com objectivos de continuação do colonialismo por novos meios. O Movimento das Forças Armadas e a Junta de Salvação Nacional, que detêm verdadeiramente os poderes actualmente, fizeram-se rodear por representantes dos vários sectores da burguesia, com exclusão dos fascistas mais notórios, e incluindo os reformistas de Cunhal, que desprezaram definitivamente os interesses de classe do proletariado. A classe operária, devido à sua desunião e fraqueza organizativa não pode desempenhar um papel decisivo perante a crise.

Sem dúvida, a magnífica luta dos

continua na pág. 8

Desertores e refractários

Agora que temos a certeza do prolongamento da guerra de agressão aos povos africanos, agora que sabemos da continuação dos combates, da continuação dos embarques de soldados para as colónias, que atitude devemos tomar? Esta é uma pergunta que milhares de jovens portugueses exilados na Europa poem neste momento.

Para responder à pergunta, importa relembrar o que as organizações anticolonialistas subsequentes tinham vindo a defender sobre a deserção como forma de luta contra o colonialismo português. Os Comitês de Luta Anticolonial e Anti-imperialista (CIACS) que editam o jornal « Vencerão! », o Jornal dos Desertores e Refractários Portugueses « A Voz do Desertor » e varios comités de desertores ou de apoio aos desertores e refractários portugueses, defendiam a posição de que, atendendo a actual situação de fraqueza organizativa do proletariado português, da qual depende a organização dos revolucionários no seio do exército, os soldados deviam aprender a manejar as armas, fazer agitação no seio do exército e desertar antes do embarque para África, continuando o combate

na emigração.

A mudança de regime veio pôr a guerra colonial mais do que nunca na ordem do dia, e veio favorecer a organização dos revolucionários no seio do exército. Neste momento, a agitação e a propagação anticolonial dentro das forças armadas ganhou uma nova dimensão.

A perspectiva em que devem ser colocadas as recentes transformações é a seguinte: aproveitar o momento favorável e as novas possibilidades de acção para incrementar o trabalho de propaganda anticolonialista entre os soldados e os marinheiros incentivar o trabalho visando a organização dos soldados e marinheiros em estruturas próprias; *continuar a não participar, de forma enhum, na guerra colonial, desertando antes do embarque.*

Esta última palavra de ordem é a que corresponde ao estado actual do desenvolvimento da luta anticolonial no seio das forças armadas. É a palavra de ordem que deve ser divulgada nas assembleias de soldados que venham a realizar-se, como ultimamente tem acontecido. Até ao momento em que a organização dos revolucionários no seio do exército, em Portugal, não permita lançar formas

de acção mais avançadas contra a guerra colonial, aquela é a palavra de ordem a defender por todos os trabalhadores e estudantes anticolonialistas.

Aos desertores que não puderem voltar, colocam-se-lhes importantes tarefas aqui, na emigração:

- organização do Movimento dos Desertores e Refractários Portugueses;
- apoio por todos os meios e até a vitória total da luta pela independência nacional dos povos das colónias;
- mobilização dos trabalhadores portugueses emigrados para a luta anticolonial, combatendo o chauvinismo incutido pelo fascismo as massas;
- mobilização da classe operária e das massas populares dos países onde nos refugiámos contra o auxílio que os governos desses países dão aos colonialistas portugueses;
- luta pelo reconhecimento internacional do direito ao refúgio político para todos os jovens que recusam fazer a criminoso guerra colonial.



A «AMNISTIA» DA JUNTA

Com a data de 1 de Maio, a Junta de Salvação Nacional publicou um decreto-lei em que

« Considerando que muitos militares, quer pertencentes aos quadros permanentes, quer no âmbito do serviço militar obrigatório, se ausentaram do País por motivos de natureza ideológica e política, devido ao regime então em vigor, deixando de cumprir as suas obrigações militares; Considerando que muitos jovens se ausentaram do País recusando-se, pelos mesmos motivos, a cumprir as disposições da Lei do Serviço Militar » amnistiava o « crime » de deserção e outras « infracções » à Lei do Serviço Militar.

Apesar do mesmo documento definir um prazo de apresentações « para cumprimento das obrigações militares », dezenas de milhares e jovens desertores, refractários e compelidos ficaram cheios de esperança que a sua situação ia ser completamente regularizada em breve. Desilusão! Alguns dias depois, a Junta mandava uma nota para os jornais, onde realçava os seguintes aspectos:

« Seguirão para o Ultramar os que já lá se encontravam, os que já se encontram nomeados e os que teriam sido nomeados pela sua posição na escala, se não tivessem desertado; Poderão ser nomeados para o Ultramar aqueles a que, no final da instrução de especialidades que vierem a frequentar, em função da nota de aproveitamento obtida (cursos de oficiais e sargentos) ou do seu número mecanográfico, vier a caber a nomeação conjuntamente com todos os que terminaram a instrução nesta altura ».

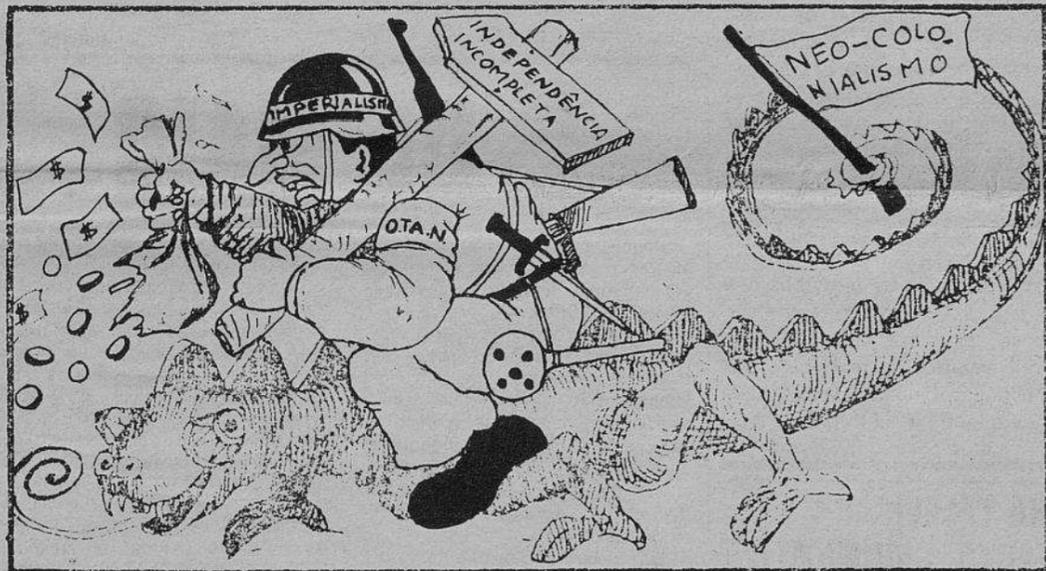
Entretanto, vinha a certeza de que a guerra colonial não terminará tão cedo.

Há razão para perguntar: em que constitui a amnistia? Se os desertores e refractários recusaram fazer a guerra injusta de África por recusarem colaborar num crime de guerra, se esta continua e se para regressar a Portugal é preciso participar nela, o que é a amnistia?

A guerra é a mesma: quer seja comandado por Salazar, Caetano ou Spínola, o soldado português em África está sempre a defender o colonialismo e a reprimir a luta de libertação nacional dos povos irmãos das colónias. Quem recusou fazer a guerra durante o regime fascista vai continuar a recusar fazê-la.

Conclusão: a amnistia para os desertores e refractários portugueses é pura e simplesmente uma manobra demagógica da Junta Militar.

Os movimentos de libertação perante o golpe de estado



Desenho que acompanha a 27ª Lição do Manual de Alfabetização do MPLA « O neocolonialismo é a maneira mais manhosa de enganar os povos de África, da Ásia, da América Latina » (Do texto da referida Lição).

A VERDADEIRA FACE DOS CUNHALISTAS

Talvez a preparar a entrada do seu secretário-geral, Álvaro BARREIRINHAS CUNHAL, no Governo Provisório, o chamado PCP vai mais longe do que nunca na defesa da posição chauvinista, neocolonialista, que lhe é característica. Eis extracto dum seu comunicado, publicado a 4 de Maio nos jornais:

« O Partido C. Português faz um apelo a todos os desertores e refractários, que se encontram exilados para que regressem imediatamente a Portugal e se apresentem às Forças Armadas, a fim de serem integrados nestas e participarem, nos seus postos, na obra do restabelecimento da paz e da renovação democrática da sociedade portuguesa ».

Que descaramento! « Participar, nos seus postos, na obra do restabelecimento da paz », quer dizer, nada mais nada menos, na actual situação de guerra, participar nas campanhas de África e reprimir a tiro os combatentes da liberdade africanos que lutam pela independência e a paz nos seus países! Quase sempre oculto por uma fraseologia socialista, o desejo cobiçoso destes inveterados chauvinistas surge por vezes às claras. As esperanças de poder mamar, também eles, na teta colonial, é um sonho acalentado de há muito que agora encontrou novos incentivos. Cunhal já está no Governo para tratar disso. Spínola conta com ele para descalçar a bota « da questão colonial » que tanto atormenta a burguesia portuguesa. Mas mesmo assim não o conseguirá.

FRELIMO

Depois de saudar as forças democráticas portuguesas que ao longo dos anos se opuseram activa e corajosamente à guerra colonial, e de se regozijar com a vitória que constitui para o povo português a queda do fascismo, a Frelimo afirma:

« O inimigo do povo moçambicano não é o povo português, vítima também do fascismo, mas sim o sistema colonial português ».

« (...) Se o povo português tem direito à independência e à democracia, não se pode negar ao povo moçambicano os mesmos direitos. É por esses direitos elementares mas essenciais que nós nos batemos. Os objectivos da Frelimo são claros: — independência total e completa do povo moçambicano; — liquidação do colonialismo português ».

« (...) Não poderemos aceitar que a democracia para o povo português sirva de cobertura para impedir a independência do nosso povo. Assim como a época de Caetano nos mostrou claramente que não existe fascismo liberal, é necessário compreendermos claramente que não há colonialismo democrático ». (extractos de um comunicado do Comité Executivo da Frelimo de 27/4).

MPLA

A representação do MPLA em Argel fez um comunicado a 28/4 onde afirmava nomeadamente:

« O levantamento militar é o resultado dos grandes sucessos alcançados pelos povos das colónias portuguesas na sua luta armada contra o colonialismo e também da luta constante do povo português pela democracia ».

« (...) Para a liquidação do sistema colonial em Angola, o MPLA reafirma:

1. o respeito da independência completa de Angola é o primeiro princípio sobre o qual se podem estabelecer as bases de cooperação com os outros países;

2. uma federação tal como a definiu o general Spínola, isto é, uma federação na qual Portugal teria a última palavra, não é aceitável para o povo angolano;

3. a luta multiforme do povo angolano sob a direcção do MPLA continuará até à libertação completa de Angola;

4. o MPLA declara no entanto estar pronto a negociar com Portugal os problemas da independência completa do nosso país ».

« (...) O povo angolano e o MPLA reafirmam que não combatem os portugueses, por serem portugueses. Combatem pela liquidação do sistema colonial, pela conquista da independência ».

UNITA

Eis alguns extractos de um comunicado datado de 2 de Maio, assinado pelo « bureau » da UNITA na Europa.

« A mudança de regime em Portugal não garantiu até hoje a independência que exigimos para o nosso povo. Portanto, enquanto as tropas colonialistas se mantiverem sobre o nosso solo, a luta armada continua. »

Por outro lado, a UNITA recusa a fórmula chamada « multirracial » proposta pelos colonialistas camuflados e os oportunistas africanos, pois ela abre a porta ao sistema neocolonial mais perfeito ».

« (...) As nossas exigências são as seguintes:

1. Libertação imediata e incondicional de todos os nacionalistas presos.
2. Abertura no imediato de negociações directas com os dirigentes da guerrilha, únicos representantes legítimos dos povos africanos vivendo nas colónias portuguesas.
3. Cessar fogo sem condições.
4. Retirada imediata e total de todas as forças de ocupação.

E isto com vista a constituir em Angola um regime representativo da verdadeira estrutura social do nosso país. »

PAIGC

No que diz respeito às relações entre o nosso povo e o povo de Portugal, esta solução do problema colonial exige, antes de mais, o reconhecimento imediato da República da Guiné-Bissau, o cessar da guerra de agressão contra o nosso povo, o reconhecimento incondicional do direito de Cabo Verde a independência real e total.

(extractos de uma comunicação do PAIGC difundida pela Rádio Libertação a 29 de Abril).

O cessar fogo não é a paz, e é a paz que nós queremos. Ora a paz passa necessariamente pelo reconhecimento da nossa independência (declaração do comandante Jorge Pires chefe da delegação da Guiné-Bissau a Cabo Verde as conversações com o Governo Português em Londres e Argel).

CONTACTA O COMITÉ DE APOIO AOS DESERTORES, REFRACTÁRIOS E INSUBMISSOS PORTUGUESES

127, rue St. Maur, 75011 PARIS
Métro Goncourt ou Couronnes
Quartas-feiras das 18h às 21h
Sábados das 16h às 20h

E A PIDE ?

« Assassinos ! Assassinos ! », gritavam milhares e milhares de trabalhadores e jovens concentrados frente às portas da sinistra sede da Pide. Na tristemente célebre rua António Maria Cardoso e locais vizinhos, numerosos antifascistas e revolucionários manifestavam a sua justa e imensa revolta contra aquela corporação criminosa, que durante tantos anos reprimira tão violentamente o povo. Era a irrupção do ódio de morte que os trabalhadores e a juventude, todos os antifascistas, votavam àqueles que assassinaram os melhores filhos do povo português. E ainda ali, mais uma vez, a Pide matou.

Mais de duas centenas de agentes encontravam-se enfileirados na sede da Pide. A multidão, de punhos erguidos, vociferava : « Morte à Pide ! » e « Assassinos ! », « Assassinos ! ». De repente, um pide assoma a uma janela e dispara várias rajadas de pistola-metralhadora. Alguns dos manifestantes tombam, mortos ou feridos, varados pelas balas.

A sede de vingança cresceu. Ao esquadrão militar, composto por duas colunas com dois tanques e que entretanto tomou posição no local, exige-se que dispare. Mas é ainda um destacamento das forças de choque da PSP quem se prepara para intervir. Contra os manifestantes, claro. Segundo anuncia um oficial pelo megafone, a PSP tinha aderido ao movimento das forças armadas. Acrescenta que o general Spínola a havia encarregado de « limpar as ruas de Lisboa » ...

É um coro enorme de protestos que se faz ouvir. E os gritos de « Assassinos ! », « Assassinos ! » são também dirigidos contra aquela polícia que ao longo da história do fascismo se tornou conhecida pela repressão feroz das manifestações populares, muitas das vezes matando.

Pouco depois, um pide sai à rua de mãos no ar. Perante as ameaças da multidão em ódio, procura fugir. Um soldado dispara e o pide é atingido: « os pides morrem na rua ! », gritam milhares de vozes.



Dez minutos depois, surgem outros três pides de mãos no ar. As forças militares logo os põem a salvo daqueles que clamavam justiça. As mãos justiceiras do povo brandem no ar as pedras que haviam arrancado do chão. Mas as armas que os militares recusavam utilizar contra os criminosos da Pide estavam agora apontadas para os manifestantes.

Não foi a primeira vez que isso aconteceu, nem foi a última. Algumas horas antes, no Largo do Carmo, tinham sido as forças armadas, de colaboração com dirigentes reformistas, quem protegera Caetano da violência revolucionária do povo. No dia seguinte, 26 de Abril, cerca do meio dia, quando são descobertos três agentes da Pide no Largo da Misericórdia, em Lisboa, as forças militares e policiais mais uma vez intervieram protegendo os pides. Oficiais do exército, que chegaram ao ponto de disparar tiros para o ar, impediram que a população fizesse justiça sobre os pides, como era sua vontade manifesta.

No Porto a PSP também disparou rajadas de metralhadora e feriu gravemente manifestantes. Em Coimbra, em Alpiarça, em muitas outras povoações do país passou-se o mesmo: protecção aos pides por parte do exército e da polícia, contra a manifestação de justo rancor das massas populares.

Entretanto, continuava a caça aos pides. Eles eram detidos na rua e em casa. Pessoas « muito respeitáveis », com esta ou aquela profissão, eram descobertos como pertencendo à Pide. Por exemplo, um ex-dirigente do sindicato dos motoristas era informador da Pide, conforme se provou por documentos apreendidos.

Centenas de estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa agarraram um contínuo conhecido pelas muitas denúncias que fizera. Depois, escoltado por esses estudantes, passearam-no pelas ruas de Lisboa, com a palavra « PIDE » escrita nas costas.

Momentos vividos com grande regozijo foram os da tomada da Escola Prática da Pide em Sete-Rios (Lisboa) e a libertação dos presos políticos de Peniche e Caxias.

A contrapôr a essa alegria, a surda desconfiança, agora confirmada, de que o novo poder não irá fazer justiça. Tomás e Caetano foram libertados ; os principais responsáveis fascistas continuam à solta ; outros deixam-nos fugir ; com a Pide que actua nas colónias passa-se o mesmo. Os criminosos da Pide só podiam ser julgados em tribunal popular. E um tribunal popular, um tribunal onde os trabalhadores sejam os juizes, só poderá existir quando os trabalhadores forem os donos do seu destino.

CAMARADA LEITOR

Os colaboradores do jornal que fizeram este número de « O Salto » decidiram dedicá-lo à situação criada em Portugal pelo golpe de Estado do 25 de Abril. Neste sentido, alteraram completamente a sua estrutura habitual, ocupando várias páginas com as notícias e artigos do « nacional », em

prejuízo, nomeadamente, da página « internacional », da página sobre a cultura popular e da página « emigração ». Também a secção « Um trabalhador prevenido vale por dois », por exemplo, não aparece neste número especial de « O SALTO ».

FORÇAS ARMADAS DA BURGUESIA OU FORÇAS ARMADAS POPULARES?

Foi um chamado Movimento das Forças Armadas (MFA) que desencadeou a 25 de Abril o golpe de Estado que derrubou a ditadura fascista. Desde esse dia que a burguesia tenta mistificar, no quadro de uma vasta e intensa campanha, o verdadeiro carácter e o papel das forças armadas na actual sociedade portuguesa. Esta campanha visa apresentar as forças armadas como « bastião seguro da democracia », « salvaguarda certa da liberdade », « guarda vigilante dos interesses populares », etc ..., etc ... Mas a quem pertencem e a quem servem de facto as forças armadas? Ao povo ou à burguesia?

Numa sociedade dividida em classes, as forças armadas encontram-se obrigatoriamente sob a direcção de uma determinada classe que as utiliza na defesa dos seus interesses específicos. Em nenhum país do mundo as forças armadas se situam acima das classes e servem simultaneamente várias classes, umas opressoras e outras oprimidas. Pelo contrário, elas têm sempre um carácter e objectivos de classe bem definidos. O carácter de classe das forças armadas de um país é determinado sempre em função da classe que as dirige e cuja política interna e externa é por elas apoiada e defendida.

Em Portugal, país capitalista, o exército, a marinha, a aviação, a PSP, a GNR e outras forças congéneres estão naturalmente sob a direcção da burguesia que as utiliza na guerra de rapina que move aos povos coloniais e no policiamento e repressão dos movimentos reivindicativos e revolucionários dos

NA TELEVISÃO : FACTO SIGNIFICATIVO

No passado dia de 10 de Junho, a RTP transmitia em directo do Mercado da Primavera, em Lisboa, um programa de homenagem às Forças Armadas, que, mesmo sendo bem controlado, não deixou de sofrer a censura, desta vez da parte da Junta.

Tinha começado uma peça de teatro apresentada pelo grupo de teatro « A Comuna » ridicularizando o fascismo. A dada altura, os actores apresentavam uma caricatura do Tomás e do Cerejeira, figuras tão odiadas pelo povo português. E zás ! « O programa segue dentro de momentos » !

Logo os trabalhadores da RTP fazem um comunicado onde tiravam as dúvidas, se as havia. A « avaria » tinha sido provocada pelo oficial delegado da Junta à RTP, que não gostara da representação ... Esta medida, que lembra os métodos fascistas, foi imediatamente aprovada pelo « socialista » Raúl Rego, agora com o lugar de ministro da Comunicação Social.

Mas não pensemos que foi um « erro táctico » que cometaram os generais da Junta agora no poder. Logo no dia seguinte, o vice-almirante Rosa Coutinho, conselheiro de Estado, considerava o facto como « um pequeno incidente ». E, tranquilamente, afirmava : « Quanto ao incidente, esqueçamo-lo. Eu considero-o apenas como um dos muitos que não surgiram nesta euforia de liberdade (...). »

Assim, passam a estar informados os espectadores que estavam à espera de liberdade de expressão na televisão, que haverá muitos mais « incidentes » destes por causa da « euforia de liberdade ». E quanto a este procedimento digno do governo fascista de Caetano ou Salazar ... « esqueçamo-lo » !!

trabalhadores portugueses. Tal é o real papel das forças armadas num país capitalista e imperialista como o nosso e nunca elas irão contra esta lógica.

Mas não foram as forças armadas que em Portugal derrubaram o fascismo? Sim, foram. E a queda do fascismo

resposta aos interesses específicos dos trabalhadores mas sim como resposta aos interesses específicos de certos sectores da burguesia, do capitalismo e do imperialismo. O MFA revelou pela sua acção e pelo seu programa o carácter de classe reaccionário, antipopular e imperialista de que se reveste. Se



não era um objectivo das classes trabalhadoras? Sim, era. As respostas a estas questões não chegam, contudo, para definir o carácter dos interesses que levaram o MFA a desferir o golpe. Como é largamente comprovado no artigo central deste número de « O Salto », o golpe de Estado de 25 de Abril foi desferido pelo Movimento das Forças Armadas não como

ainda existissem algumas dúvidas sobre o abismo que separa o Programa democrático-popular dos operários e camponeses dos reais objectivos do MFA, bastaria ler o programa deste último que todos os sectores da burguesia fazem actualmente seu, cantando-lhe loas. Porém não é aqui iremos analisar esse programa da burguesia.

continua na p. 7

1º DE MAIO

Bandeiras vermelhas ao alto ! Paus seguros com duas mãos, com força, erguem uma bandeirola que diz : UNIDADE POPULAR.

Na frente, um rapaz e uma rapariga transportados aos ombros de dois jovens entroncados, levantam uma bandeira com o símbolo da aliança operária-camponesa que aparece no cabeçalho de « Unidade Popular », órgão central do PCP (m-l). Por debaixo do desenho está escrito : Operários e Camponeses, Unidos Vencerão !

Outras bandeirolas ostentam mais palavras de ordem : « Os Povos Irmãos das Colónias Vencerão ! », « Realizemos Assembleias Operárias nas Fábricas », « Regresso dos Soldados », « Democracia para os trabalhadores, Ditadura sobre a burguesia », « Abaixo a Guerra Colonial ; Nem mais um Embarque », « Viva a Justa Luta dos Povos das Colónias », « Operários e Camponeses, Unidos Vencerão ! », etc.

Em filas compactas, trabalhadores e estudantes ! A grande maioria são jovens que gritam sem cessar, e com voz enrouquecida, punhos no ar, « slogans » revolucionários. Ouve-se o coro de milhares de vozes proclamarem, compassadamente : « Contra a Guerra e o fascismo, Unidade Popular », « Liberdade ! Paz ! Pão ! Terra ! Independência Nacional ! », « Armas para o Povo, Armas contra a Pide », « Os pides morrem na rua ! », « Regresso dos soldados, Já ! », « Nem mais um só Soldado para as Colónias », « Independência Para as Colónias, Já ! ». Por várias vezes é cantada a « Internacional ».

Durante 8 horas, cerca de 5 000 manifestantes aguerridos percorreram quase toda a cidade de Lisboa, fazendo um longo trajecto que começou no Rossio, passou pela Alameda Afonso Henriques, foi até perto do Estádio « 1º de Maio », voltou ao Rossio e seguiu até Stº Amaro, onde dispersou. Momentos antes, no largo do Calvário, tinha-se feito um breve comício popular.

Eis o que foi a manifestação que era habitualmente referida como « a manifestação dos marxistas-leninistas ». Ela distinguiu-se das outras manifestações que tiveram lugar na capital pela combatividade dos elementos que nela participaram e que não se cansaram de gritar palavras de ordem revolucionárias, ela caracte-

rizou-se pelo grau elevado de organização que demonstrava.

Vários sindicatos convocaram através de todos os órgãos de informação, imprensa, rádio e televisão uma manifestação que reuniu muitas centenas de milhares de pessoas, com as mais variadas origens de classe. Essa manifestação fez o percurso compreendido entre Alameda Afonso Henriques e o estádio « 1º de Maio », onde se realizou um comício em que discutaram conhecidos dirigentes reformistas. A enorme multidão, e em particular os muitos trabalhadores presentes, não se cansaram de expressar o intenso júbilo que sentiam pela queda do regime caetanista.

Ainda se podia falar das manifestações que tiveram lugar em outras cidades do país.

Também se podia falar na manifestação que o MRPP organizou em Lisboa e que contou também com cerca de 5000 participantes. Durante aproximadamente 4 horas os manifestantes desfilarão pelas ruas da capital, do Rossio a S. Bento, tendo aí realizado um comício.

Podia-se falar manifestações mais em pormenor. Mas preferimos terminar este artigo com dois pequenos apontamentos que na sua simplicidade expressam um alto significado político.

Eis o primeiro. A manifestação da « Unidade Popular », a que já fizemos referência atrás, passava na Praça Marquês de Pombal. A um dado momento, dezenas de marinheiros correram para dentro da manifestação furando o cordão, pegam na bandeirola « Os Povos Irmãos das Colónias Vencerão ! », erguem-na bem alto e gritam juntamente com os manifestantes : « Nem mais um só soldado para as colónias ! », « Regresso dos soldados, já ! », « Independência para as colónias, já ! ».

Eis o segundo. Já passa das 21 horas. Os manifestantes atravessam o bairro de Alcântara, entoando em coro as palavras de ordem que não se cansaram de gritar durante toda a tarde. Muitas famílias de operários, pessoas idosas, mulheres e crianças, aplaudem entusiasticamente das janelas das casas. Muitas das mulheres descem à rua e gritam vigorosamente com os manifestantes as justas palavras de ordem : « Operários e Camponeses, Unidos Vencerão ! », « Liberdade ! Paz ! Pão ! Terra ! Independência Nacional ! ».